

Rediteia 49

REVISTA DE POLÍTICA SOCIAL | 2017



Comunidades Ciganas

Desafios de sempre,
estratégias urgentes

Título

Rediteia nº 49

Comunidades Ciganas: desafios de sempre, estratégias urgentes

Edição

EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza

Rua de Costa Cabral, 2368

4200-218 Porto

Tel. 225 420 800 | Fax. 225 403 250

E-mail. geral@eapn.pt

www.eapn.pt

Diretor

Pe. Jardim Moreira

Subdiretora

Sandra Araújo

Colaboraram neste número

Catarina Marcelino, Bruno Gonçalves, Isidro Rodríguez, José Manuel Fresno, Maria José Vicente, Marisa Horta, Nora Kiss, Pedro Calado, Sandra Araújo e Vanessa Matos

Coordenação Editorial de Redação e Distribuição

Armandina Heleno

Produção e paginação

Sersilito - Empresa Gráfica, Lda.

sersilito@sersilito.pt | www.sersilito.pt

Periodicidade

Anual

Tiragem

300 exemplares

Depósito legal

149010/00

ISSN

1646-0782

Apoio

Instituto da Segurança Social, I.P.

Nota Editorial	5
<i>Pe. Agostinho Jardim Moreira</i>	
Prefácio	7
<i>Catarina Marcelino</i>	
Las comunidades gitanas en la Unión Europea: ayer, hoy y mañana	13
<i>José Manuel Fresno</i>	
A integração das comunidades ciganas portuguesas: os ramos de uma fogueira cada vez maior	23
<i>Pedro Calado e Marisa Horta</i>	
Combater a discriminação das Comunidades Ciganas: uma responsabilização coletiva	33
<i>Maria José Vicente</i>	
Los desafíos de la intervención social con la comunidad gitana ..	47
<i>Isidro Rodríguez</i>	
Jovens Mulheres Ciganas: Igualdade e Empoderamento	61
<i>Nora Kiss</i>	
Ativismo no feminino: o direito à diferença numa luta pela igualdade	73
<i>Vanessa Matos</i>	
ROMED	85
<i>Bruno Gonçalves</i>	

Este número da Revista Rediteia é dedicado à temática das comunidades ciganas e reúne um conjunto de depoimentos de pessoas, de diferentes gerações e formações, que têm dedicado parte da sua vida e do seu trabalho à defesa dos direitos humanos e ao combate contra a discriminação das comunidades ciganas não só em Portugal, mas na Europa.

O seu principal objetivo é dar a conhecer um pouco da história e cultura ciganas, abordando a complexa questão da discriminação étnica destas comunidades, o sucesso das orientações e estratégias políticas de inclusão e ainda dar a conhecer o papel muito relevante que é desempenhado por organizações não-governamentais em prol do progresso destas comunidades.

Este é um tema que tem merecido toda a atenção da EAPN Portugal, desde a fundação em 1991. Não só porque as comunidades ciganas são um dos grupos sociais que maiores situações de pobreza e de exclusão social enfrentam em Portugal e na Europa, mas também porque ainda nos dias de hoje, e apesar de a discriminação ser proibida por lei, muitos membros das comunidades ciganas ainda são vítimas de preconceito e exclusão social.

Se é verdade que o Quadro Europeu para as Estratégias Nacionais de Integração dos Ciganos transferiu a questão da integração das comunidades ciganas para um nível mais elevado nas agendas políticas nacionais e contribuiu para estabelecer os objetivos, estruturas, financiamento e acompanhamento necessários para melhorar a integração destas comunidades em toda a Europa, não deixa de ser verdade, que a avaliação destas estratégias reconhece que as melhorias em setores como a educação, o emprego, a saúde e a habitação, são muito modestas e desiguais.

O combate à discriminação directa e indirecta que sofrem as comunidades ciganas é crucial não só para estas comunidades como para toda a sociedade, e passa necessariamente por uma intervenção que promova a informação e o conhecimento dos cidadãos sobre estas comunidades. Este trabalho de sensibilização e de informação é fundamental para a coesão social e a promoção da dignidade de todos os seres humanos.

A EAPN Portugal tem envidado muito dos seus esforços no desenvolvimento do trabalho em rede, na produção de conhecimento, na criação de espaços de participação, na formação, e na informação e sensibilização como importantes estratégias para prevenir e combater a discriminação destas comunidades.

A intervenção na área das comunidades ciganas tem tido elevada prioridade na nossa agenda de trabalho, e, assim pretendemos continuar a agir de forma a facilitar a sua inclusão na sociedade portuguesa da qual também fazem parte, reforçando para isso os valores da igualdade, da cidadania e sobretudo da dignidade humana.

Sabemos que a estrada é longa e sinuosa, mas temos esperança de que a nossa intervenção contribua para a melhoria das condições de vida de muitas pessoas, influencie de forma positiva a imagem social das comunidades ciganas e contribua para que a nossa sociedade seja melhor, em relação a como trata a sua principal minoria, os seus cidadãos e cidadãs ciganas. A inclusão depende de todos nós e todos nós, enquanto cidadãos, temos um papel importante a desempenhar de séria co-responsabilidade no exercício pleno de cidadania para uma existência digna de cada ser humano.

Uma vez mais, queremos agradecer e expressar a nossa gratidão a todas as pessoas e instituições que colaboraram connosco para a elaboração desta publicação e que diariamente trabalham em prol da igualdade e da inclusão destas comunidades.

Por fim, devo também um agradecimento especial à Dra. Catarina Marcelino pela energia e entusiasmo com que, enquanto Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, abraçou esta causa e que prefaciou esta publicação.

Pe. Agostinho Jardim Moreira
Presidente da Direção da EAPN Portugal

Os textos que se seguem sobre as comunidades ciganas, são um exercício de compreensão e de interpretação, nalguns casos na primeira pessoa, sobre uma realidade complexa que cruza História, Cultura, Sociedade e a vivência das pessoas ciganas na sua relação com a comunidade maioritária bem como o papel do Estado e da União Europeia nos processos de aproximação e integração.

Falar de comunidades ciganas, de inclusão e de cooperação, é sempre um desafio. A verdade é que estamos a falar de comunidades cuja História e o percurso de séculos traçou um caminho de afastamento e cisão com a comunidade maioritária que as foi empurrando para as margens da sociedade.

O Povo Cigano chegou à Península Ibérica no século XV, a partir do primeiro êxodo da Índia no século X que as espalhou pela Europa, e como diz José Manuel Fresno, *“la historia de los gitanos es sin duda una historia de diáspora, de sufrimiento e persecución”*.

É muito importante compreender este passado, porque de facto há uma componente de exclusão, de racismo e de xenofobia relativamente a estas comunidades, etnicamente e culturalmente diferentes da maioria, que se perpetuaram durante séculos com momentos extremados de grande perseguição e sofrimento, de imigração forçada, de inclusão forçada obrigando-as a renegar a sua própria língua e a sua cultura. Sendo o expoente máximo desta perseguição o genocídio cigano durante a segunda guerra mundial que atingiu os ciganos do centro e leste europeu, denominado entre as comunidades ciganas de *Porraimos* que significa destruição.

Hoje, em pleno século XXI, vemos movimentos de vontades diversas para uma verdadeira inclusão. Não é fácil, comunidades que viveram séculos, social e culturalmente de costas voltadas, virarem-se de frente e iniciarem um processo de cooperação e inclusão.

Contudo, houve um momento histórico que impulsionou este processo, a entrada para a União Europeia de um grupo de países onde esta realidade tem uma expressão relevante, como são o caso da Roménia ou a da Hungria. Sendo a comunidade cigana a comunidade étnico-racial minoritária com maior expressão na Europa, que também se encontra entre os grupos socialmente mais excluídos e mais expostos à pobreza no seio dos países membros, obrigou a UE, dentro do seu quadro de valores e de políticas comuns a olhar para estas comunidades

de forma particular e a desenhar políticas de combate à discriminação destes concidadãos europeus.

Assim, em 2011 a Comissão Europeia, pela primeira vez, define uma estratégia de intervenção para a integração das comunidades ciganas a ser implementada até 2020, comprometendo os países a desenharem e a implementarem uma estratégia nacional para a inclusão das comunidades ciganas, devendo contemplar pilares na área da educação, emprego e formação, saúde, habitação.

Em Portugal, tal como referem Pedro Calado e Marisa Horta, é criada, em 2013, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC). A Estratégia encontra-se em revisão, porque se constatou que era pouco ambiciosa e pouco transformadora, e que os problemas mais estruturais das comunidades ciganas se mantinham, em particular nas áreas da habitação e emprego.

É verdade que através da ENICC e da sua operacionalização foi possível levar a cabo um estudo do HIRU sobre condições de habitação da comunidade cigana que revelou que 48% vive em habitação social e que 32% vive em habitação não clássica onde se incluem barracas e acampamentos. Também foi possível, através de alguns levantamentos e estudos, concluir que a população cigana em Portugal é de cerca de 37.000 pessoas, contudo estes dados não são relativos a um inquérito estatístico nacional sobre este grupo étnico-racial. Tendo em conta as deficiências dos levantamentos realizados, estima-se que o número real seja entre as 40.000 e as 50.000 pessoas.

Tem existido um bloqueio ao levantamento de dados étnico-raciais em Portugal que dificultam o conhecimento da população cigana, uma vez que não sabemos ao certo quantos são e qual a sua caracterização socioeconómica.

Também é relevante e importa referir, uma vez que é um dos maiores focos de desinformação e estigmatização das comunidades ciganas, o seu peso entre as pessoas que recebem Rendimento Social de Inserção (RSI). Segundo os dados adiantados por Calado e Horta, em 2009 representavam 7,4% dos beneficiários desta medida de proteção social. Esta medida potenciou significativamente a frequência escolar das crianças ciganas, o acesso à saúde e à formação profissional.

Mas não posso deixar de destacar a necessidade premente, quer de dados fidedignos sobre as comunidades ciganas, quer de uma política adequada às suas necessidades ao nível do emprego e da formação profissional que não ponha

o ónus apenas nas pessoas ciganas, mas que crie instrumentos de facilitação com as entidades empregadoras que ajudem ao processo de empregabilidade.

Também ao nível da educação é necessário investir na inclusão das crianças ciganas, reconhecendo um avanço significativo no nosso país do fim da segregação direta destas crianças (escolas só para crianças ciganas) mas havendo ainda um caminho a trilhar no âmbito da segregação indireta, ou seja, turmas só ou maioritariamente com crianças ciganas e uma concentração anormal de crianças ciganas em percursos escolares alternativos.

Este investimento que é urgente e necessário passa pelo empoderamento das comunidades e pelo autodeterminação e afirmação através do associativismo cigano e de Organizações Não Governamentais lideradas por pessoas das comunidades, aqui lembrado por Maria José Vicente que também afirma a necessidade de um trabalho em rede ao nível local que defina estratégias, programas e medidas no âmbito das redes sociais locais de promoção e facilitação da aproximação das comunidades, cigana e não cigana, e de uma verdadeira e próspera inclusão comunitária e social. É também relevante a necessidade de investimento em formação a públicos estratégicos e a campanhas de sensibilização para a população em geral de combate ao racismo e à xenofobia.

Mas para que estas medidas locais tenham impacto, como refere Bruno Gonçalves são necessários programas como o ROMED, promovido pelo Conselho da Europa para desenvolver trabalho com os Municípios, e que em Portugal tem sido dinamizado em parceria com a Associação Letras Nómadas, fundada e dirigida por lideranças ciganas, também promotora do programa para a integração de jovens ciganos no Ensino Superior, Programa Opré, constituído em política pública no ano letivo 2015/2016, tem dado um impulso muito importante e com resultados encorajadores.

Mas para que toda uma estratégia seja possível é fundamental financiamento e os Fundos Estruturais, através dos Quadros Comunitários de Apoio (em vigor o Portugal 2020) são instrumentos incontornáveis a que os países não podem ficar alheios. Como diz Rodriguez é necessário aproveitar estes fundos para uma redução da pobreza e exclusão social tendo em conta medidas de combate à discriminação e o desenvolvimento de medidas específicas de compensação e de ativação adaptadas a grupos vulneráveis e específicos.

Porque as desigualdades não têm apenas uma dimensão de classe social, ou de rendimentos, há uma dimensão sociocultural que não pode ser ignorada sob pena de limitarmos os resultados das políticas públicas, porque os fatores de discriminação que potenciam as desigualdades não são tidos em conta na avaliação do problema, e no desenho das políticas e medidas para a sua solução.

Em Portugal, apesar de se ter desenhado uma Estratégia Nacional, seguindo as orientações da UE, não houve decisão política para que no período de programação 2014-2020, em particular no que dizia respeito ao Fundo Social Europeu, houvesse financiamentos específicos para a intervenção com as comunidades ciganas.

Esta decisão política impossibilitou a existência de verbas específicas para desenvolvimento da ENNIC, em particular no desenvolvimento de um programa ambicioso na área da mediação que, é uma das ferramentas mais poderosas para gerar confiança e produzir mudança. A relação de confiança que se gera entre a pessoa mediadora e a comunidade é fundamental na articulação com as instituições. É elementar ter um programa com autarquias locais, mas também com áreas como a saúde e a educação, com mediadores nos serviços de saúde e nas escolas.

A habitação é talvez a área que tem tido mais dificuldades de concretização, não sendo um problema específico das comunidades ciganas tem uma expressão muito grande no seu seio. É urgente encontrar financiamento para realojamento de pessoas que vivem em habitação não clássica, mas também dar visibilidade a estas situações, em particular no interior do país onde existem muitos aglomerados de barracas e habitações precárias, mas que se tornam invisíveis porque estão fora das áreas metropolitanas. Há que trabalhar com as autarquias na solução destes problemas, mas a responsabilidade tem que ser partilhada com a administração central quer por motivos de financiamento, quer no apoio necessário ao nível local para mediar a relação com a comunidade maioritária.

Pessoas que vivem em habitações precárias têm dificuldades ao nível do emprego, que no caso das pessoas ciganas é potenciado pela discriminação social. Crianças que vivem em más condições têm maior dificuldade de serem bem-sucedidas na escola. Sendo também a habitação precária um dos fatores que contribuem para a baixa esperança de vida desta população.

Todas estas questões, trazidas pelos diferentes autores nesta publicação cruzam-se com outros dois textos que referem a dupla discriminação, ser mulher e ser cigana. O texto de Nora Kiss numa perspectiva de análise e o texto da Vanessa Matos a partir da sua vivência enquanto mulher cigana tocam em questões culturais que como diz Kiss não podem justificar, em nenhuma circunstância, a violação de Direitos Humanos.

Entre as comunidades ciganas a passagem da infância à idade adulta dá-se muito mais cedo que na comunidade maioritária o que leva a vivências como o casamento e a maternidade em idades muito precoces, afastando raparigas, mas também rapazes, da escola antes do tempo o que tem fortes implicações nas suas vidas entre as quais a falta de habilitações para a integração no mercado de trabalho.

E é nestes contextos muito particulares que são fundamentais estratégias que visem a integração de modo a criar igualdade de oportunidades. Quer o projeto "EmPoderar: do Sonho à Ação" que visa a participação de jovens mulheres ciganas na esfera pública, a nível de participação política e associativa, mas também ao nível da educação e do emprego, quer os programas e projetos referidos pela Vanessa Matos, o PIEF na Escola e o Projeto Geração Tecla. E4G, um projeto do Programa Escolhas que visa a inclusão de crianças e jovens de territórios excluídos.

Estes exemplos são muito importantes, porque é urgente e necessário desenvolver uma estratégia de empoderamento das pessoas ciganas e em particular das mulheres, de ação que promova cooperação entre comunidades ciganas e comunidade maioritária, que combata o preconceito e o racismo, que estimule uma educação para todas as crianças independentemente da sua origem étnico-racial. Que se desenvolvam programas que facilitem a empregabilidade das pessoas ciganas, e que haja uma vontade nacional de solução para os problemas de habitação numa parceria entre poder local e poder central.

Acredito que em Portugal é possível fazer uma mudança estrutural numa década, mas para que isso aconteça precisamos que o Estado Português assuma esta questão como prioritária, numa forte pareceria com as Organizações Não Governamentais, em particular com o associativismo cigano, para um Portugal inclusivo, sem barreiras onde todas as pessoas tenham a oportunidade de serem o que quiserem ser independentemente da sua origem.

Catarina Marcelino

Las comunidades gitanas en la Unión Europea: ayer, hoy y mañana

José Manuel Fresno*

Una larga historia de marginación

Originarios de la India, posiblemente de la Región del Panyab, las comunidades gitanas salieron en oleadas migratorias sucesivas hasta el oeste a partir del siglo X y se extendieron por todo el continente europeo llegando a la Península Ibérica en el siglo XV. Está comprobado que en 1498, Cristóbal Colón, en su tercer viaje, embarcó a cuatro gitanos que llegaron al nuevo mundo hacia el que en el siglo XIX hubo una oleada de migración gitana. Se sabe también que Inglaterra y Escocia enviaron remesas de gitanos a sus colonias americanas de Virginia y Lusiana en el siglo XVII. La práctica de la deportación a América fue seguida ese mismo siglo por muchos países entre ellos por Portugal.

Los gitanos hoy, en sus distintas ramas y grupos (kalos, sintis, manuches, romanichels, Kalderás, gypsy) se encuentran extendidos por todo el mundo, pero especialmente concentrados en Europa donde se calcula que hay más de 12 millones. En concreto en algunos países del viejo continente, como es el caso de Rumanía, Bulgaria, Eslovaquia, la República Checa o Hungría, hay altas concentraciones, llegando en algunos casos al diez por ciento de la población; eso sin olvidar países como Turquía, Macedonia y otros de Asia Central con gran número de gitanos. Esta tendencia demográfica, seguirá aumentando especialmente en el corto plazo, al menos mientras no mejoren sustancialmente los estándares de vida.

La historia de los gitanos es sin duda una historia de diáspora, sufrimiento y persecución. Todos los indicios apuntan a que su salida de la India estuvo relacionada con persecuciones; en la práctica totalidad de los países europeos durante siglos

* José Manuel Fresno es Director de Fresno, *the right link* una consultora que ofrece servicios de asesoramiento estratégico y operativo en retos sociales y Unión Europea. Cuenta con una larga experiencia trabajando en temas europeos, políticas sociales y Tercer Sector en el ámbito español e internacional. En el ámbito internacional asesora a la Comisión Europea, el Consejo de Europa y varias agencias de Naciones Unidas, entre otras. En el ámbito nacional asesora al Gobierno Español y a distintas comunidades autónomas y entidades locales en temas relacionados con políticas de inclusión social, población gitana, reforma de los servicios sociales y sistemas de protección social. También asesora a múltiples ONG entre las que destacan Cruz Roja, Fundación ONCE, Caritas Española, Plataforma de ONG de Acción Social, Asociación Española de Fundaciones, Plataforma del Voluntariado de España, EAPN, etc.

Anteriormente fue Director de la Fundación Luis Vives y de la Fundación Secretariado Gitano, de la que fue promotor. Además, fue uno de los promotores de la Red Europea de Lucha contra la Pobreza y la Exclusión Social y ha participado activamente en el apoyo a distintas redes y plataformas tanto nacionales como europeas.

Ha coordinado y asesorado numerosos estudios e investigaciones sobre políticas sociales, Tercer Sector y Unión Europea en español y en inglés, que se pueden consultar en:

http://www.fresnoconsulting.es/publicaciones/jose_manuel_fresno_1.html

se aplicaron medidas coercitivas, bien de expulsión, forzándoles a emigrar, bien de inclusión forzándoles a renegar de su propia lengua, costumbres y tradiciones. La máxima expresión de la persecución es sin duda el genocidio gitano durante la época Nazi, cuando Himmler ordenó su internamiento y finalmente su ejecución en masa. Este proceso de exterminio denominado porraimos “la destrucción” es poco conocido en Europa, pero llegó probablemente a medio millón de gitanos hace tan solo ochenta años.

El tema de los gitanos ha sido irrelevante en la Unión Europea durante décadas. Con la caída del Muro de Berlín en 1989, el fin de los gobiernos comunistas de la Europa Central y del Este, la subsiguiente crisis económica y, especialmente, a partir de la Guerra de Yugoslavia comienza otra gran diáspora gitana. La apertura de fronteras en el proceso de adhesión a la Unión Europea, y sobre todo el deterioro de las condiciones de vida en estos países, junto con la falta de derechos, favorece la movilidad de los gitanos a la Europa comunitaria.

La cuestión gitana en la agenda política

La cuestión gitana salta a la arena política y es agitada en el mundo mediático, no precisamente por la voluntad de dignificar sus condiciones de vida, sino por los conflictos institucionales que genera; ejemplos de los mismos son las tensiones entre Francia y Alemania por los gitanos asentados en torno al puente que une las ciudades de Estrasburgo y Kehl que serán devueltos de un lugar a otro, los conflictos entre Reino Unido y Francia en torno al paso entre Calé y Dover, o los controles de Reino Unido en el aeropuerto de Praga y la reimposición de la Visa para viajar de la República Checa en pleno proceso de adhesión.

A finales del siglo pasado e inicios de este y coincidiendo con los años previos de la ampliación de la Unión Europea, de 15 a 25 y luego a 27 estados, se incluyó el tema de los gitanos en la revisión del dossier social y el cumplimiento de los criterios de Copenhague. En aquellos años estuve implicado en muchas misiones de asesoramiento y supervisión en varios países de Europa Central, en las que los países candidatos formulaban grandes estrategias para cumplir el expediente, mientras las condiciones de vida de los gitanos se deterioraban y el rechazo social aumentaba. Casi dos décadas después he podido comprobar cómo aquellas estrategias eran papel mojado en el que nadie creía.

Con el tiempo *“la cuestión gitana”* pasó de ser un problema en los países del este a convertirse en un problema en el conjunto de la Unión Europea, debido al flujo migratorio. Las instituciones Europeas tomaron por primera vez conciencia de que los gitanos son la mayor minoría étnica de Europa, la más marginada sin duda y también la más rechazada de acuerdo a los propios datos de Eurostat. Esta toma de conciencia fue favorecida por la influencia de los organismos internacionales y de las propias asociaciones cívicas incluidas las del movimiento Roma.

En el año 2011 la Comisión Europea aprobó por primera vez un *“Marco Europeo para la Integración de los gitanos hasta 2020”*. Todos los países han tenido que elaborar sus *“Estrategias Nacionales de Integración de los Gitanos”*. A partir de entonces, y especialmente desde la Recomendación de 2013, todos los países tienen que reportar anualmente sobre los progresos y medidas tomadas. Los Reglamentos de los Fondos Estructurales 2014 – 2020, también han establecido una prioridad de inversión específica para que se puedan usar fondos europeos para la integración de los gitanos.

Los Documentos de la Comisión Europea identifican claramente las claves de la integración de los gitanos y aquellas áreas en las que hay que poner los esfuerzos: 1. La educación, para cortar la brecha de transmisión generacional de la pobreza y propiciar un cambio en el futuro; 2. la formación y el empleo para que las personas consigan los ingresos adecuados para vivir y sean independientes; 3. la vivienda, para eliminar la segregación espacial y propiciar mejores condiciones de vida. 4. la salud que tiene que ser accesible para todas las personas gitanas y reducir las diferencias en esperanza de vida y las altas tasas de morbilidad. Todo ello completado con políticas de lucha contra la discriminación, apoyo a la participación y fomento y respeto a la identidad cultural.

Este esfuerzo político e institucional ha tenido sus repercusiones en la toma de conciencia política y en la agenda de las administraciones públicas nacionales y ha traído consigo iniciativas interesantes en distintos países, así como mayor implicación de las comunidades gitanas en los procesos de gobernanza. Los informes anuales de la Comisión Europea intentan ver el lado positivo y destacan las experiencias y acciones que se están poniendo en marcha.

Escasos resultados en la práctica

La opinión general de los expertos y activistas es que el Marco Europeo y las Estrategias Nacionales no han supuesto un impulso efectivo a las políticas de integración de los gitanos, ni han contribuido a movilizar recursos que contribuyan a un cambio efectivo de sus condiciones de vida. Mientras algunos grupos de gitanos mejoran, la gran mayoría, en casi todos los países, sigue en la marginación extrema, sufre de modo cotidiano discriminación, e incluso se han deteriorado más sus condiciones de vida con la crisis. Las estrategias políticas por lo tanto no han llegado al terreno.

¿Cuáles son las causas para que estas políticas no funcionen? En el plano europeo los mecanismos que se han puesto en marcha han sido muy débiles. Para que una política europea sea efectiva es necesario que funcionen a la vez tres instrumentos: los jurídicos, los políticos y los económicos. En el plano nacional no ha habido una voluntad efectiva de llevar a cabo las estrategias y de integrar a los gitanos y sobre todo los documentos programáticos nacionales, no se han concretado en el terreno.

Los instrumentos jurídicos no se han aplicado de modo efectivo y la Comisión Europea ha sido muy débil en la vigilancia y exigencia en el cumplimiento de las Directivas contra la discriminación; el reciente estudio de la Agencia Europea de Derechos Fundamentales demuestra que la discriminación a los gitanos no ha disminuido, en muchos casos es institucional y se produce en el ámbito de lo público y quien discrimina sigue impune.

Los instrumentos políticos han sido muy débiles; la mayoría de las estrategias nacionales de gitanos carecen de objetivos cuantificados, de medidas concretas y de presupuestos; no hay en los mismos compromisos específicos y la Comisión Europea no ha sido rigurosa en la revisión de las mismas. Por otra parte, en las políticas europeas de pobreza, infancia, empleo juvenil, etc., el tema de los gitanos no ha ocupado el lugar que debería.

Los instrumentos económicos y en concreto los Fondos Estructurales y de Inversión han señalado a los gitanos como uno de los colectivos target; sin embargo, muy pocos países han utilizado esta oportunidad para la educación, la formación, la inclusión de los gitanos o para emprender medidas de vivienda que les permitan salir de la segregación.

¿Por qué no hay una voluntad efectiva de integrar a los gitanos? Durante muchos años de mi vida he tenido que trabajar con políticos y responsables de administraciones en España y en otros países europeos asesorándoles en las políticas a llevar a cabo para conseguir la integración de los gitanos; también lo he hecho con muchos alcaldes en el marco de iniciativas promovidas por el Consejo de Europa. Siempre he intentado hacerlo desde la experiencia de trabajo y a partir de los proyectos que pusimos en marcha con la Fundación Secretariado Gitano, que contribuí a crear y que dirigí. En muchas ocasiones (en la mayoría de ellas) pude constatar que los responsables políticos y las instituciones viven el tema gitano como un problema, que no tienen expectativas en que los gitanos se puedan integrar y que cuando toman medidas lo hacen porque entienden que algo tienen que hacer, o porque se les hace un seguimiento desde las instituciones internacionales, pero que no hay una voluntad efectiva de resolver la marginación. Un argumento socorrido es que los gitanos no se quieren integrar y en consecuencia son en buena medida ellos mismos responsables de su marginación. Es más, muchos entienden que emprender medidas de realojo de viviendas para que los gitanos vivan mezclados en barrios normales con el resto de los ciudadanos, o acciones específicas que compensen las desventajas, les restará votos y les traerá problemas.

¿Cuáles son las claves de éxito en la integración de los gitanos? Me permitiré aquí comentar una experiencia personal; mi primera aproximación a los gitanos fue haciendo trabajo voluntario en el año 1983 en la ciudad de León. Una de las primeras tareas era alfabetizar a un grupo de mocitas gitanas que no tenían más de trece años y que habían abandonado la escuela sin saber leer ni escribir. Todas ellas llevaron a sus hijos a la guardería cuando estos tuvieron tres años y hoy en día, que ya son todas abuelas, alguna de sus hijas tiene una carrera universitaria. El cambio por lo tanto es posible y el impacto de nuestras acciones será en muchas ocasiones en las generaciones futuras.

Existen muchos estudios e informes que explican cuáles son las estrategias a seguir para la integración de los gitanos. La Fundación Secretariado Gitano tiene muchas publicaciones en las que describe sus buenas prácticas; la Comisión Europea tradujo en vario idiomas el libro "What Works for the Roma inclusión in the EU" que yo escribí; el Consejo de Europa recopila buenas prácticas; la Agencia europea de Derechos Fundamentales también identifica claves de éxito.

Desde el punto de vista estratégico hay tres elementos esenciales que tienen que desarrollarse de modo simultáneo:

1. Un marco legal adecuado que proteja a los gitanos y les garantice los derechos de modo efectivo, pues los derechos formalmente reconocidos, no alcanzan su realización práctica en el caso de muchos gitanos.

2. Un enfoque inclusivo de los servicios y medidas de protección social: educación inclusiva, empleo inclusivo, vivienda inclusiva, etc.; enfoque inclusivo significa que las políticas fundamentales de protección social tienen que llegar también a los gitanos y, aún más importante, tienen que compensar las desventajas que estos tienen. Por ejemplo, un programa de vivienda social no puede excluir a los gitanos, sino que tiene que beneficiarles preferentemente; es decir, tiene que llegar comparativamente más a los gitanos, no porque sean gitanos sino porque están en mayor situación de desventaja. La escuela tiene que llegar a los gitanos y hacer los esfuerzos necesarios adaptándose a las necesidades de los mismos. Las políticas activas de empleo tienen que adaptarse para llegar a los gitanos, puesto que es uno de los grupos con mayores tasas de desempleo.

3. Una compensación adecuada de las desventajas mediante programas target específicamente dirigidos a las necesidades de la población gitana que no excluyan por supuesto a otros grupos; es lo que la Comisión europea ha definido como “explicit but not exclusive”. Siempre que hay un grupo de población con desventajas específicas o carencias especiales, es necesario poner en marcha medidas específicas de acción positiva que compensen las mismas.

Los tres elementos que he descrito previamente están en la esencia del modelo de bienestar europeo que ha de ser inclusivo y redistributivo: garantía efectiva de los derechos formales, servicios universales que han que ser suficientes, eficientes, accesibles y adaptados a las necesidades de la población (también a los gitanos) y compensación de las desventajas favoreciendo la igualdad de las oportunidades y redistribuyendo los recursos de acuerdo a las necesidades.

Desde el punto de vista operativo las claves de éxito se han definido en muchos sitios: medidas a largo plazo, enfoques integrados entre distintos servicios y niveles administrativos, implicación activa de la iniciativa social y de los propios gitanos, dotación de recursos suficientes, experiencia y especialización y sobre todo continuidad en las actuaciones y alto grado de compromiso.

Sin embargo, a pesar de que los criterios de actuación son claros y las estrategias a seguir también, y a pesar de que podemos encontrar muchas experiencias de trabajo exitosas, lo cierto es que se ha avanzado poco en la integración de los gitanos. ¿Qué es lo que está fallando? Me he referido previamente a la falta de compromiso político que se traduce en la falta de acciones decididas y de continuidad en las mismas. En otros casos en realidad, simplemente se sigue considerando a los gitanos como ciudadanos de segunda categoría, lo cual se traduce en acciones marginales para personas marginadas; es lo que podríamos denominar como falta de expectativas. En otras ocasiones es falta de experiencia, de implicación activa de los propios gitanos, de continuidad a lo largo del tiempo. En multitud de ocasiones he visto poner en marcha iniciativas de trabajo con gitanos que está sobradamente demostrado que no funcionarán; sin embargo se siguen repitiendo y malgastando los escasos recursos.

La escasez de recursos y la buena integración y coordinación de estos suele ser un problema común. Quien piense que los procesos de integración de los gitanos se pueden hacer a través de acciones simbólicas y puntuales está equivocado. Todo lo contrario, se requiere intervenciones intensas, continuadas y costosas y cuyos resultados se conseguirán en el medio plazo. Eso sí, no intervenir o no resolver el problema tiene mayores costes políticos, sociales y también económicos a la larga.

Pasar de las palabras a los hechos

Uno de los riesgos fundamentales que existe actualmente es que el tema de los gitanos quede totalmente relegado en la agenda política europea en los próximos años. Desde la perspectiva social la postcrisis no ha supuesto una salida de la crisis; más bien al contrario, en las sociedades europeas hoy han aumentado las desigualdades, aparecen nuevas formas de exclusión social que afectan a más grupos de población y los cambios del mercado laboral introducen nuevas prioridades en la agenda. Los cambios demográficos, así como los fenómenos geoestratégicos, han hecho que nuevos temas como es el caso de los refugiados y crecientemente la migración, salten a la arena política.

El riesgo por tanto es que el tiempo de los gitanos se pase en las políticas europeas después de 2020 y que el discurso, forzado por las tendencias sociales, sea en el futuro que los gitanos ya han tenido su oportunidad. Oportunidad

no aprovechada podrían decir otros, culpabilizando así a los propios gitanos y reiterando la frase tan socorrida de que “es que los gitanos no quieren cambiar”. Lo cierto es que por el momento no hay ningún estudio que evidencie ni a nivel europeo ni a nivel de cada uno de los países los esfuerzos efectivos y las inversiones económicas que se han hecho para la integración de los gitanos. Todo lo contrario, cuando se aportan cifras, estas son casi irrisorias comparadas con las necesidades y con la atención que se dedica a otros grupos sociales; poca actuación efectiva en resumen.

El falta de compromiso político y de acciones efectivas se suele legitimar en la falta de eficacia “hemos gastado mucho dinero y no hay resultados” o en la falta de voluntad de los propios gitanos, “no quieren integrarse”. No encuentro ninguna razón consistente para dicha afirmación. En mi experiencia los gitanos no son seres especiales que no aprecien el progreso y bienestar social. Como todo el mundo, aspiran a una vida mejor, quieren el progreso para ellos y para sus familias y están dispuestos a cambiar si se les dan oportunidades: Eso sí, no se aprecia lo que no se conoce y es difícil cambiar si no hay apoyos adecuados; tampoco esperemos que cambien de un día para otro una cultura forjada en la desconfianza y la resistencia de cientos de años.

Hoy en día nos encontramos en todos los países europeos gitanos totalmente integrados en la sociedad. Son personas que han entendido lo que significa ser gitanos en el siglo XXI, que han hecho esfuerzos personales, han cambiado y no por ello son menos gitanos, a pesar de que los payos les llamemos desclasados; viven su identidad, o más bien sus múltiples identidades de manera abierta. Otros muchos gitanos están en condiciones de dar ese paso hacia la integración definitiva. Todas las culturas cambian y desde luego ninguna es monolítica. Lo importante es que la sociedad les abra las puertas para que ellos también se abran y tengan expectativas positivas hacia el cambio. Los gitanos necesitan también creer en ellos mismos y en sus posibilidades, pero esto será más fácil si se les ofrecen oportunidades.

Está en la esencia de la construcción europea aspirar a un modelo de bienestar social que protege a las personas, corrige las desigualdades y actúa con solidaridad. Somos el 7% de la población mundial, pero invertimos el 50% del gasto de bienestar que se hace en el mundo; estamos orgullosos de ello. La integración de los gitanos es un test para la credibilidad del modelo social europeo, para la

aplicación efectiva de la Carta de los Derechos Fundamentales y para el desarrollo del Pilar de los Derechos Sociales. Es más, es una obligación y una responsabilidad ineludible por múltiples razones: porque no podemos seguir condenando a las comunidades gitanas a una marginación y discriminación secular. Porque la alarmante marginación de los gitanos pone a prueba la credibilidad de nuestras instituciones, nuestra capacidad para promover la igualdad y la solidaridad; porque además muchos países no alcanzarán los objetivos de reducción de la pobreza, tasas de empleo y educación de la Estrategia 2020 si no actúan decididamente con las comunidades gitanas. Y también porque estamos perdiendo un capital humano increíble, desde la perspectiva de los costes esa exclusión tendrá en el medio plazo. El gasto social que se haga en la comunidad gitana y especialmente el educativo, será una buena inversión social por sus retornos en el futuro. La no inversión ahora limitará la capacidad productiva de los recursos humanos en el futuro.

Muchas personas me han preguntado por qué dedico personalmente tantos esfuerzos a la integración de los gitanos y porqué creo en esta causa. Mi respuesta es sencilla ¿Cuáles son las razones para no hacerlo? Es una cuestión de principios, de justicia y de solidaridad. No hay que pedir para los gitanos ni más ni menos que para el resto de los ciudadanos: oportunidades para que puedan tener como personas una vida digna, una esperanza en el futuro de sus hijos y un desarrollo que les permita, contribuir y recibir de la sociedad solidariamente. Además, hay una razón que es muy poderosa que son las evidencias: muchos gitanos hacen esfuerzos por ser ciudadanos de pleno derecho cada día, las nuevas generaciones están cambiando, desean un futuro mejor y si les apoyamos lo conseguirán de modo más rápido; los padres analfabetos podrán ver a sus hijos en la universidad.

No revertiremos esta historia interminable de discriminación y marginación, si no creemos que es posible conseguirlo; necesitamos una voluntad firme y decidida, un compromiso de todos, por supuesto también de los propios gitanos, que se traduzca en la próxima década en políticas más activas y que pase de las palabras a los hechos. No podremos descansar con la conciencia tranquila como europeos, mientras no resolvamos esta marginación secular que pone a prueba los valores sobre los que construimos nuestra Unión y los cimientos de nuestro modelo social.

A integração das comunidades ciganas portuguesas: os ramos de uma fogueira cada vez maior

Pedro Calado* e Marisa Horta**

1. Introdução

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM), Instituto Público criado em 1996, na prossecução da sua missão, promove políticas públicas que privilegiam a inclusão social, a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões, nomeadamente das comunidades ciganas.

No âmbito dessas políticas, nomeadamente no que concerne à integração das comunidades ciganas, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), Resolução n.º 25/2013 de 27 de Março, publicada em Diário da República a 17 de Abril de 2013, ainda que com algumas fragilidades já sinalizadas, veio, pela primeira vez em Portugal, mas igualmente na maioria dos países europeus, lançar uma discussão, mas sobretudo estimular a ação sobre as persistentes desigualdades que podemos evidenciar nos níveis de inclusão¹ dos nossos portugueses e portuguesas ciganas.

A ENICC tem representado uma oportunidade para colocar na agenda pública a temática da integração das comunidades ciganas, mas também tem constituído uma oportunidade para organismos da administração central, regional e local, organizações da sociedade civil, academia, estruturas representativas das comunidades ciganas, entre outros, começarem a ser verdadeiramente mobilizados para promoverem os valores do diálogo intercultural, da igualdade de oportunidades, da cidadania e da participação, do combate à discriminação, da valorização da história e cultura ciganas.

Desde logo, e tendo em vista o sucesso das políticas e orientações nacionais para a integração das comunidades ciganas em Portugal, é importante contrariar a reprodução de visões homogeneizantes sobre estas comunidades, pois a sua realidade é plural, destacando-se a diversidade interna e a heterogeneidade existentes.

Reconhece-se que em Portugal há uma diversidade de condições de existência da população cigana com origem em diferentes fatores e razões, designadamente sexo, idade, tipo de atividade económica exercida, níveis de escolaridade, tipo

* Alto-Comissário para as Migrações

** Coordenadora do Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (ACM)

¹ A utilização da expressão “integração” decorre da noção estabelecida pelo Conselho Europeu, em 2004, que define integração enquanto um “processo dinâmico e bidirecional de mútua acomodação”, logo similar ao conceito de inclusão, mais frequentemente utilizado em Portugal.

de alojamento e condições de habitabilidade, da participação religiosa, cívica, política e/ou associativa dos indivíduos ciganos.

2. Conhecer para melhor agir

Como refere o primeiro estudo nacional sobre as comunidades ciganas lançado em 2015 e publicado pelo Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG), que integra o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), “esta pluralidade nem sempre é fácil de apreender e de perceber pela ofuscação gerada pela adoção de perspetivas interpretativas redutoras, lineares e deterministas sobre os ciganos portugueses” (Mendes, Magano e Candeias, 2014: 17).

O princípio constitucional da não discriminação (Artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa) não permite a recolha de dados demográficos e estatísticos que nos permitam ter um conhecimento rigoroso do número e da distribuição no território das comunidades ciganas. Apesar disso, e cumprindo o respeito pelo princípio constitucional, bem como a proteção de dados protegida por Lei, nomeadamente garantindo o anonimato dos indivíduos que compõem esta comunidade, através do estudo nacional foi possível obter alguns dados relevantes sobre esta comunidade.

Já em 2016, aprofundando o trabalho de campo desenvolvido no “Estudo Nacional sobre as comunidades ciganas” (Mendes, Magano e Candeias 2014), o OBCIG identificou a existência de 37.089 mulheres e homens portugueses ciganos residentes em Portugal, concluindo que a população portuguesa cigana representa aproximadamente 0,4% da população total (Sousa e Moreira, 2017).

No referido estudo do OBCIG, através do contato com os 308 municípios do país, foi possível verificar que 32,8% dos mesmos revelam a inexistência de pessoas ciganas residentes no seu território, sendo que a distribuição da população portuguesa cigana residente pelos restantes 207 municípios permitiu perceber a sua dispersão por todo o Portugal continental, assim como uma fraca insularidade e contrastes entre litoral/interior e urbano/rural.

Observa-se, genericamente, e em termos absolutos, uma elevada expressão de população cigana residente no litoral, precisamente nos territórios que registam uma maior densidade populacional, e assiste-se a uma elevada proporção da

presença de população cigana, quando comparada com o total da população residente, no interior e em zonas fronteiriças.

Aproveitaremos este artigo para destacar, também, ainda que em traços muito breves, algumas informações sobre as comunidades ciganas portuguesas, com base na análise dos resultados do inquérito aplicado a 1599 pessoas ciganas no âmbito do estudo nacional².

Na temática da Educação e Formação, de acordo com o estudo referido, se observarmos a distribuição dos elementos do agregado familiar pelos níveis de escolaridade mais elevados concluídos ou completos, verifica-se que “15,5% da população são analfabetos”; “cerca de 30% não tem o 1º ciclo completo, nem nunca frequentaram a escola”; “aproximadamente 39% completaram apenas o ensino básico” e “apenas 2,5% o ensino secundário ou acima” (Mendes, Magano e Candeias, 2014: 172). Constatou-se ainda na resposta ao inquérito, que as mulheres ciganas possuem níveis de escolaridade mais reduzidos do que os homens ciganos, “sendo raros os casos em que ultrapassam o ensino básico (1.º ciclo)” (Mendes, Magano e Candeias, 2014: 172). Por outro lado, a maioria das crianças até aos 5 anos de idade frequenta o pré-escolar.

Na opinião dos inquiridos, “seria importante existirem nas escolas professores e funcionários ciganos (89,6%); que os rapazes deveriam permanecer mais tempo na escola do que habitualmente permanecem (88,1%); e que todos devem frequentar a escola até pelo menos o 12º ano (74,9%).” (Mendes, Magano e Candeias, 2014: 206).

O estudo nacional, relativamente ao mercado de trabalho, e no que concerne às principais fontes de subsistência dos indivíduos (inquiridos) e seus agregados familiares, revela que estas se traduzem no apoio da família (34,3% e 33,8%, respetivamente), no Rendimento Social de Inserção (RSI – 34,8% e 33,5%, respetivamente), no trabalho (9,5% e 9,1%, respetivamente), na pensão/reforma (3,9% e 3,8%, respetivamente), em subsídios temporários e no apoio social (3% e 1,8%, respetivamente) e nos biscates (1,8% e 1,7%, respetivamente).

² O estudo encontra-se disponível na íntegra em http://www.poaifse.qren.pt/upload/docs/Documentos/estudo_ennic.pdf.

Nas profissões mais referidas pelos indivíduos ciganos inquiridos, a venda ambulante destaca-se (14%), seguindo-se o trabalho agrícola (3%), os serviços domésticos (1,1%), o comércio (0,7%) e o trabalho na construção civil (0,6%).

No “Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas”, no que diz respeito à área da habitação, é referido que “predominantemente, os inquiridos indicam viver em alojamentos do tipo clássico, isto é apartamentos e moradias (66,6%), subsistindo uma percentagem não despreciable que declara residir em barracas, casas rudimentares ou de madeira (27,5%). Em proporções mais residuais encontram-se as situações de pessoas a residir em partes de casa (2,1%) ou em caravanas (1,5%). Trata-se de uma percentagem muito elevada de pessoas que declaram experimentar situações habitacionais marcadas pela precariedade e insalubridade” (Mendes, Magano e Candeias, 2014: 193).

Ainda relativamente à temática da habitação, no estudo, “Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal” (enquadrado na Prioridade 26 da ENICC) desenvolvido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – IHRU (Ferreira, 2014), são apresentados dados quantitativos dos indivíduos, famílias e alojamentos por município. Destacamos do referido estudo, o fato de 14.754 famílias ciganas (48%) residirem em habitação social, correspondente a uma ocupação de 3% do total da habitação social existente em Portugal, e 2.461 famílias (32%) residirem em habitações não clássicas (barraca, acampamento ou alojamento móvel), o que corresponde a um valor de 37% no total dos alojamentos não clássicos em Portugal.

Ao contrário das representações sociais difundidas que apontam para o facto das pessoas ciganas serem nómadas, destaca-se a constatação nos estudos referidos que a maioria dos ciganos portugueses está sedentarizada.

De acordo com os dados dos inquiridos no estudo nacional, o acesso à saúde e a relação entre os serviços de saúde e as comunidades ciganas é próxima: cerca de 92% indicam que todos os elementos do seu agregado familiar têm médico de família; 66,5% frequentam farmácias, semanal ou mensalmente; 50,5%, são seguidos pelo médico de família semanal ou mensalmente.

No estudo nacional são ainda destacadas outras dimensões relevantes para a compreensão da integração das comunidades ciganas em Portugal: a participação social e política é residual e só 7,9% dos inquiridos revelaram fazer parte de

alguma associação ou exercerem alguma atividade voluntária. Por outro lado, 38,1% referiram ter votado nas eleições autárquicas de 2013.

Destaca-se ainda do estudo nacional, o papel das pertenças religiosas: aproximadamente 50% dos inquiridos são evangélicos (quer da Igreja Evangélica Filadélfia, quer de outras Igrejas, como a Assembleia de Deus e Cristo para Todos) e 53,1% referem participar diariamente ou semanalmente nos cultos.

Dados do estudo permitem ainda concluir que as relações dos inquiridos com pessoas não ciganas são diversificadas, predominando no entanto as relações de vizinhança (77,2%) e focadas nos tempos livres e de lazer (52%).

A questão da discriminação étnica das comunidades ciganas é um assunto complexo, cujos dados do estudo nacional salientam a importância de reforçar a sua luta: cerca de 60% referem já se terem sentido discriminados. As situações de discriminação mais apontadas pelos inquiridos ocorreram em supermercados ou lojas, serviços públicos (Segurança Social e Finanças), em entrevistas de emprego, em cafés/restaurantes, nos centros de saúde/hospitais, na escola ou em contextos de formação e no arrendamento de uma casa/quarto.

Destacamos ainda do estudo nacional o facto de 57,2% dos inquiridos se considerarem pobres, embora 29,9% considerem estar numa situação normal/média. Nos extremos encontramos 10,4% que declaram viver na miséria e 1,8% que indicam viver bem. Consta-se ainda que a análise da combinação do autoposicionamento no nível de vida e com o grau de escolaridade, a tendência geral é para que, à medida que o inquirido sobe na escala da escolaridade, a probabilidade de avaliar a sua situação como média aumenta. (Calado, Moreira e Costa, 2017).

Importa referir que o RSI, medida de política social universalista, representa um contributo inquestionável para a integração social das comunidades ciganas, potenciando, designadamente, o acesso e a frequência escolar das crianças e jovens ciganos e a formação e capacitação dos adultos. Esta medida registava em 2009, aproximadamente, 6,4% de pessoas ciganas, sendo este um valor residual no universo dos beneficiários desta medida (Castro, 2010). Ou, dito de outra forma, 93,6% dos beneficiários do RSI não eram pessoas ciganas.

Segundo o estudo nacional, a língua cigana (romanó/romanon/caló) é falada diariamente ou mais de uma vez por semana por cerca de 50% dos respondentes,

mas 40% referem que raramente ou nunca falam a língua cigana. Os restantes 10% indicam falá-la entre uma vez por semana e uma vez por mês.

Como costumes e aspetos da cultura cigana mais importantes para os inquiridos, o estudo refere o respeito pelos mais velhos, a pureza (virgindade) da mulher, o casamento segundo a lei cigana, o luto e a ajuda mútua.

3. Do diagnóstico à ação

Apesar do processo de integração social das pessoas ciganas estar ainda em curso e das vulnerabilidades existentes em diferentes níveis, tem havido um esforço e um investimento crescente quer por parte das comunidades ciganas, quer de políticas públicas em combater as desigualdades de condições de vida e garantir oportunidades. É necessário, no entanto, que a sociedade portuguesa, dita maioritária, não fique alheada deste processo e dê igualmente o seu contributo.

A desejada integração não acontece por decreto. Ou de cima para baixo. Ou sem a participação das comunidades ciganas. Estamos em crer que a ENICC só terá maiores impactos na integração das comunidades ciganas a nível nacional e trará maiores contributos para a melhoria da situação de vida das comunidades ciganas em geral, se construída com as comunidades no terreno.

Em 2017, o ACM lançou o Programa de Apoio ao Associativismo Cigano, em que pela primeira vez foram apoiadas associações ciganas ao abrigo de um programa de apoio financeiro. Através do PAAC foram apoiadas 6 associações, com projetos dirigidos às comunidades ciganas, de duração não superior a 8 meses. A este nível é de destacar a “época dourada” que vivemos no domínio do associativismo nas comunidades ciganas. Temos hoje parceiros de excelência que ao nosso lado, não atrás nem à frente, em parceria, se co-responsabilizam pelas suas próprias soluções. Esta é uma linha estratégica do presente mas também do futuro, que passou a encontrar na ENICC, recursos e ferramentas para a que se torne efetiva.

Foi por isso mesmo que, ainda em 2015, de forma experimental, foi lançado o primeiro Fundo de Apoio à Estratégia Nacional (FAPE). Começando pequeno, tem sido possível criar as condições de atestar da sua utilidade, fazendo-o duplicar nas duas edições subsequentes e a partir da avaliação externa apresentada no final de 2017.

Alguns dos projetos no âmbito do FAPE têm sido desenvolvidos na vertente de combate à discriminação. O FAPE, cuja 3.ª edição foi lançada em final de 2017, apoia projetos que devem visar a promoção do combate à discriminação e sensibilização da opinião pública, a promoção de formação sobre cidadania, o incentivo à participação comunitária ativa das comunidades ciganas, a promoção do conhecimento da história e cultura ciganas e outras ações que concorram diretamente para a execução das metas definidas nas prioridades estabelecidas pela ENICC.

Também no âmbito da ENICC, inserido na prioridade *“incentivar a participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania”*, o ACM lançou, em 2016, o Programa Mais Líderes – Jovens Cigan@s que pretendeu incentivar a participação ativa de jovens ciganos(as) no plano cívico e associativo, através de metodologias participativas, contextos de reunião, ações de formação, sessões de informação/sensibilização, desenvolvimento de projetos e visitas de estudo. Esta iniciativa contou com a participação de 24 jovens e culminou, em julho de 2017, com um intercâmbio na Fundação Secretariado Gitano, em Madrid.

É de destacar ainda, o facto do Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG), prioridade número 1 da Estratégia, prever na sua composição além de representantes de departamentos governamentais e de outras entidades públicas ou privadas, representantes das comunidades ciganas.

Destaca-se também o trabalho que mais de 80 dos 112 projetos da 6ª Geração do Programa Escolhas desenvolvem por todo o país com as comunidades ciganas, contando com dinamizadores comunitários oriundos das próprias comunidades, sendo que, igualmente, cada vez mais técnicos dos projetos são ex-participantes e dinamizadores/as ciganos(as).

Assim, se por um lado é evidente o contributo da sociedade civil para a integração das comunidades ciganas e implementação da Estratégia Nacional, não menos importante é, em particular, o contributo das estruturas representativas das comunidades ciganas neste domínio. Esse foi o mote para o Programa Opre, criado pela sociedade civil, nomeadamente envolvendo uma associação e pessoas ciganas, depois transformado em política pública, que veio permitir, através da atribuição de bolsas de estudo e mentoria, que 25 pessoas ciganas estivessem na Universidade no primeiro ano, agora alargado a 32 estudantes no segundo ano de execução.

Estes têm sido dias de grande e intenso trabalho para uma equipa do Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas do ACM, que foi também reforçada em meios humanos e financeiros, nomeadamente com pessoas ciganas.

Assim, e não obstante o esforço que tem sido desenvolvido nos últimos anos na integração das comunidades ciganas, designadamente através da implementação das medidas definidas na ENICC e outras iniciativas e programas aqui referenciadas, muito há ainda a fazer para o seu processo de integração ser efetivo e sustentável. A ENICC, apesar dos resultados alcançados e à qual se reconhece fragilidades, encontra-se actualmente em processo de revisão. Pretende-se com esta revisão um foco ainda maior na habitação, na educação e no emprego, bem como, no combate à discriminação.

Por outro lado, e mais do que publicitar a sua existência, é importante que a ENICC seja descentralizada e consiga o envolvimento das autoridades locais para uma intervenção a nível micro, atendendo a que nenhuma integração será plena se não for adequada às especificidades de cada local, de cada situação, de cada pessoa ou se não contar com a participação efetiva das pessoas a que se destina.

Por outro lado, ainda, é importante frisar que as comunidades ciganas não são indiferentes ao constante processo de mudança e de transformação social vivido pela sociedade em geral.

Como nos ensina um provérbio cigano, “a mais bela fogueira começa com pequenos ramos”. Há seguramente muito trabalho a desenvolver, mas os alicerces para uma plena integração estão agora lançados e com condições para se reforçarem e ampliarem em ambição e recursos.

Referências bibliográficas

- ACIDI (2013). *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas. 2013 – 2020*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Calado, Pedro; Moreira, Liliana e Costa, Sónia (2017) “A população cigana em Portugal – um retrato em mudança”
- Castro, Alexandra (2010). Ciganos e desigualdades sociais: contributos para a inflexão de políticas públicas de cariz universalista. Fórum Sociológico, 20
- Castro, Alexandra (2013). *Na Luta pelos Bons Lugares: ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais*. Tese de Doutoramento em Antropologia, ISCTE-IUL, Portugal.

- Comissão Parlamentar de Ética, Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família (2008). *Relatório das audições efectuadas sobre Portugueses Ciganos no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural*.
- Ferreira, Teresa Leal (Coord.) (2014). *Caracterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas Residentes em Portugal*. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. Disponível em http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/publicacoes/documentos/caraterizacao_condicoes_habitacao.pdf [acedido em 19 de junho de 2017].
- Mendes, Manuela, Magano, Olga e Candeias, Pedro (2014). *Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Sousa, Carlos Jorge (Coord.) e Moreira, Liliana (2017). "Aprofundamento do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas". In *ACM em Revista*, vol. 5, 35-40.

Combater a discriminação das Comunidades Ciganas: uma responsabilização coletiva

Maria José Vicente*

Resumo: A inclusão das Comunidades Ciganas e o combate à discriminação terá que ser uma peça de um processo em rede mais amplo, que vislumbre a sociedade intercultural como um objetivo a alcançar. Para tal, este processo deve passar pela consciencialização de que a inclusão é da responsabilidade de todos, quer pela nossa capacidade de estabelecermos parcerias de trabalho e um forte trabalho em rede. Por vezes a forma como os vários intervenientes falam sobre esta temática dá a entender que o “problema” da não integração das Comunidades Ciganas está prioritariamente relacionado com as próprias comunidades, suas formas de estar/comportamentos e que a principal mudança terá que ser concretizada pelas próprias Comunidades. Existe aqui o perigo de reforçar um dos piores estereótipos que afeta estas comunidades que é o de se considerar que é sua a responsabilidade por serem pobres, excluídos e discriminados, assim como o de não se quererem integrar e de preferirem viver num “mundo à parte”. É importante sublinhar que estas comunidades são vítimas dos mais graves atos de discriminação e racismo e que as várias ações desenvolvidas devem servir também para que uma parte substancial da mudança passe também pela capacidade de inverter tal tendência e poder construir as necessárias “pontes” entre estes cidadãos e a restante sociedade.

A inclusão das comunidades ciganas depende de todos nós e todos nós, enquanto cidadãos, temos um papel importante a desempenhar de séria coresponsabilidade no exercício pleno de cidadania para uma existência digna de cada ser humano. Assim, esperamos que este artigo nos interpele a todos, de forma coletiva e co-responsabilizante, para a construção de uma enorme ponte, sem qualquer tipo de obstáculos ou de sinalizações equivocadas, capaz de concretizar uma igualdade que, mais do que um direito é um dever.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, pela sua origem ou ainda pela sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, também podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela

* Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Desde 2003 que integra a equipa técnica da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza. O seu trabalho até 2011 centrou-se, fundamentalmente, na conceção, desenvolvimento e avaliação de projetos nacionais e transnacionais relativamente à temática da pobreza e exclusão social. Atualmente integra o Gabinete de Desenvolvimento e Formação, acompanhando tecnicamente os núcleos distritais da EAPN Portugal da região Centro. Desenvolve, igualmente, atividades formativas, de investigação e de sensibilização/informação na área das comunidades ciganas. Tem dedicado a maior parte do seu trabalho a esta população através do desenvolvimento de projetos nacionais e transnacionais sobre a inclusão das comunidades ciganas nos vários domínios de intervenção (educação, emprego, habitação e saúde).

Introdução

O conhecimento existente e acessível sobre as comunidades ciganas demonstra que estas continuam a ser um grupo minoritário, exposto a fenómenos de pobreza, exclusão e discriminação e contra as quais persistem muitos preconceitos e estereótipos. Estes processos constituem importantes barreiras à inclusão nas mais diversas áreas da sociedade, incluindo a educação, a habitação, a saúde, o trabalho, o acesso à justiça, entre outros. Neste sentido, a discriminação assume junto das comunidades ciganas um ciclo vicioso que se auto-perpetua e que reforça a exclusão nas suas mais diversas formas.

Estamos conscientes que as atitudes, os comportamentos e, inclusivamente, as próprias representações resultam de um conjunto de mensagens e informações que muitas vezes não são baseadas em factos reais, incidindo a maior parte das vezes em representações de alguns atores com experiências negativas. Por tudo isto, sabemos que todos são responsáveis pelos conteúdos dos “discursos racistas” e muitas vezes pela legitimação de atitudes de discriminação face às comunidades ciganas.

O combate à discriminação exige uma intervenção que promova a informação e o conhecimento que os cidadãos possuem relativamente a estas comunidades. Muitas vezes a falta de conhecimento contribui, conseqüentemente, para o desenvolvimento de estereótipos e preconceitos. Assim, o objetivo da EAPN Portugal é continuar a apostar em ações de sensibilização direcionadas para a sociedade em geral no sentido de promover o desenvolvimento de uma cultura de participação e de solidariedade de forma a reconhecer e compreender estes cidadãos e as suas necessidades. Este trabalho de sensibilização é fundamental para garantir a coesão social e a dignidade de todos os seres humanos, ultrapassando também o sentimento de desconfiança que existe por parte dos vários intervenientes.

As comunidades ciganas enfrentam assim dificuldades de inclusão social sobre as quais importa intervir, mobilizando para o efeito ações e medidas que combatam as discriminações múltiplas que este grupo tem vivenciado ao longo dos tempos. A inclusão das Comunidades Ciganas deve, na nossa opinião, ser abordada numa perspetiva integrada e estratégica. Integrada porque deve existir uma preocupação de olhar para esta problemática tendo em conta as suas várias dimensões e as suas diversas formas de manifestação; estratégica porque a ação deve ser delineada

e pensada de forma a ter efeito, não só ao nível do trabalho desenvolvido pelas várias organizações e atores, mas também ao nível político e de decisão.

Para que qualquer tipo de mudança aconteça é absolutamente crucial que tenhamos como prioridade o combate à discriminação. Sabemos que esta é uma das principais barreiras a ultrapassar e, por isso mesmo, terá que jogar um papel central em tudo o que se faça. Sem combatermos a discriminação rapidamente descobriremos que pouco, ou muito pouco, iremos progredir. Entendemos igualmente que no combate às situações que as comunidades ciganas vivenciam diariamente e na sua própria inclusão social, deve ser mobilizado um conjunto alargado de atores, onde se deve incluir as próprias comunidades.

Assim, é necessário criar as condições necessárias para que a participação destas comunidades na sociedade se realize em igualdade face à restante população, pois viver numa situação de exclusão social significa estar ausente/distante de todos os princípios inerentes ao exercício da cidadania e este requer, por sua vez, um conjunto alargado de direitos e deveres. Neste sentido, a inclusão destas comunidades tem vindo a adquirir visibilidade na agenda política nacional e europeia, exigindo a necessidade de definir ações específicas, integradas e eficientes para combater as desigualdades e as desvantagens estruturais que as comunidades ciganas enfrentam em toda a Europa.

É tendo por base este contexto que é importante unir esforços para influenciar positivamente a imagem social que estas comunidades possuem na sociedade envolvente, contribuindo para um melhor conhecimento sobre estas comunidades e para a construção de uma sociedade mais justa onde impere a coesão social, a igualdade, a justiça e, sobretudo, a dignidade humana. Sabemos que este é também o “sentir” e a vontade das próprias comunidades ciganas, pois são elas as principais vítimas destas situações de desigualdade e de discriminação.

1. Dimensões de Discriminação nas Comunidades Ciganas

As Comunidades Ciganas constituem a minoria étnica mais numerosa da Europa. Neste sentido, é importante o seu reconhecimento e a promoção da sua cultura, tendo presente as situações de discriminação e a imagem social negativa de que são alvo e a escassa sensibilização da sociedade para a sua inclusão. Todas estas questões são centrais para o bem-estar e a qualidade de vida destes cidadãos.

As Comunidades Ciganas apresentam condições precárias de habitação, baixas qualificações escolares e profissionais, dificuldade de acesso à maioria dos bens e serviços de saúde, emprego, educação e formação, entre outras, que marcam a vida destas comunidades onde a exclusão social tende a perdurar e a transmitir-se de geração em geração. No entanto, verifica-se hoje em dia, alguns sinais claros da necessidade e da emergência de uma adaptação ao presente e ao futuro próximo por parte das comunidades ciganas. Criaram-se novas expectativas de vida e novas e legítimas aspirações nos cidadãos ciganos. Embora, por um lado sejamos tentados a pensar que estas aspirações, que recentemente foram criadas ou reforçadas (para as quais contribuíram muitos dos projetos e intervenções feitas com as comunidades ciganas em vários locais do país), e para as quais não existe uma resposta evidente ou direta possa constituir mais uma frustração; por outro lado, estas aspirações podem também ser o motor de novas forças e de um maior poder reivindicativo que importa incentivar e promover já que foi essencialmente por ausência de participação na sociedade que os cidadãos ciganos se encontram em pleno século XXI, em Portugal, perante situações de exclusão social absolutamente inaceitáveis.

As Comunidades Ciganas são assim alvo dos mais graves problemas de exclusão, representando seguramente os mais desfavorecidos entre os desfavorecidos. Num tempo em que as comunidades ciganas assumem-se como um dos grupos sociais que mais evidencia a necessidade de uma intervenção urgente e específica, é fundamental demonstrar que nem tudo está perdido, que o “pouco” que se tem conseguido fazer pode constituir uma alavanca para um futuro melhor para estas comunidades na Europa e, particularmente, em Portugal.

Nos últimos anos verificaram-se algumas mudanças relativamente ao desenvolvimento económico e social das comunidades ciganas, mas estas mudanças decorrem em paralelo com situações de discriminação provocadas por crenças e preconceitos fortemente enraizados que se refletem em atitudes discriminatórias, impedindo desta forma as comunidades ciganas de acederem aos principais bens e direitos.

Esta situação encontra-se bem visível no “Segundo Inquérito sobre Minorias e Discriminação na União Europeia (EUMIDISII): resultados principais¹” publicado em dezembro de 2017 pela Agência para os Direitos Fundamentais, em que 38% dos entrevistados afirmaram que foram discriminados nos últimos cinco

¹ <http://fra.europa.eu/en/publication/2017/eumidis-ii-main-results>

anos, tendo os norte-africanos (45%), as pessoas de etnia cigana (41%) e os africanos subsarianos (39%), sido particularmente afetados. Verifica-se assim que a discriminação pela origem étnica está bastante presente e manifesta, sendo as comunidades ciganas um dos grupos de maior risco. Portugal é o país onde a taxa de discriminação com origem étnica é mais elevada com 61%, seguindo-se a Grécia, com 44%.

O estudo refere igualmente que *“80% dos cidadãos ciganos continuam a viver abaixo do limiar de risco de pobreza dos seus países, que um em cada três cidadãos ciganos reside numa habitação sem água canalizada e um em cada dez numa habitação sem eletricidade; e um em cada quatro cidadãos ciganos (27%) e quase um terço das crianças ciganas (30%) pertencem a um agregado familiar no qual se viveu uma situação de fome no mês anterior”*².

Salienta-se ainda que um em cada dois cidadãos ciganos (41%) se sentiu discriminado devido à sua origem étnica pelo menos uma vez nas seguintes situações: procura de emprego, no trabalho, na educação, nos serviços públicos e estabelecimentos comerciais. A maior prevalência de discriminação encontra-se no acesso aos serviços públicos (19%) e na procura de emprego (16%). No entanto, apenas 12% dos cidadãos ciganos denunciam estas situações às autoridades competentes.

A discriminação está diretamente relacionada com a existência de estereótipos e de preconceitos que os cidadãos têm relativamente a outras pessoas na sociedade, pois recorremos a estes conceitos para “classificar” e “identificar” a realidade que nos rodeia. É esta situação que conduz muitas vezes à existência de generalizações face a determinados grupos, situação que surge do excesso de informação com a qual somos confrontados diariamente, e na qual vamos construindo e reconstruindo as nossas realidades. Estas perceções são igualmente construídas tendo presente os nossos valores e as interpretações individuais e coletivas que construímos ao longo da nossa vivência.

Neste sentido, as **representações sociais** podem ser entendidas como interpretações da realidade, alicerçadas nas nossas atitudes e ações. Desta forma, o nosso dia-a-dia é orientado pelas representações que possuímos e que se encontram “espelhadas”, muitas vezes inconscientemente, nas nossas ações, atitudes e comportamentos.

² Segundo Inquérito sobre Minorias e Discriminação na União Europeia. Ciganos: resultados selecionados, FRA, 2017, p. 11

Todas as representações sociais dizem, assim, respeito aos valores e percepções que temos face a determinados grupos, pessoas, situações e contextos.

As representações e as percepções muitas vezes estão de tal forma enraizadas que se apresentam de forma rígida e generalista, sendo muitas vezes partilhadas por várias pessoas, assumindo um carácter mais persistente. Quando isto acontece estamos perante **estereótipos**.

Os estereótipos são assim uma forma de representação social que tem implícita uma atitude desfavorável e negativa, constituindo desta forma uma ameaça e uma barreira para a inclusão de determinados cidadãos na sociedade. Estes por sua vez incluem muitas vezes sentimentos negativos associados, sendo resistentes à mudança e ao conhecimento que se tem. Neste sentido, o estereótipo pode ser considerado como um juízo de valor muitas vezes construído com base em informação insuficiente e/ou informação errada sobre determinados grupos. Este conceito está relacionado com as características individuais dos elementos que integram o grupo, características consideradas intrínsecas às próprias pessoas e não como o resultado de determinados contextos e situações que são externas aos próprios grupos. Por isso, este remete-nos muitas vezes para uma ideia errada, construída previamente sem um conhecimento aprofundado dos cidadãos em questão.

Podemos assim considerar que são ideias preconcebidas, *clichés* que filtram a informação que temos e que nos levam a julgar as pessoas por essas ideias e não por aquilo que elas verdadeiramente são ou representam. Por isso, quando ocorrem situações individuais que vão de encontro à existência desses estereótipos, estes acabam por ser reforçados e justificados. O mesmo não se verifica quando estamos perante situações opostas àquilo que percebemos, em que os cidadãos-alvo são vistos como exceções ou como casos que não podem ser considerados representativos. No entanto, devemos ter presente que o estereótipo conduz ao preconceito.

O **preconceito**, por sua vez, é *“frequentemente constituído sem qualquer fundamento e, no entanto, é aceite sem ser posto em causa. (...) Os preconceitos podem levar a comportamentos hostis em presença do grupo em questão”*³. Por isso, é fundamental que se intervenha na desconstrução de ideias pré-concebidas

³ Comissão Europeia, *“Racista, EU?”*, Comunidades Europeias, 1998, p.30

que fazem das pessoas vítimas, não só dessas situações, mas da própria forma como são entendidas pela sociedade em geral, pois os estereótipos e os preconceitos são formas que os cidadãos utilizam para “classificar” o mundo que os rodeia.

Assim, e em relação às Comunidades Ciganas estamos igualmente conscientes que a dimensão falaciosa que é transmitida sobre as mesmas não é necessariamente uma componente ilusória ou falsa, mas que responde a necessidades sociais e proporciona formas de leitura que contribuem para compreender e situar o que nos é desconhecido. No entanto, e apesar de toda a complexidade da construção das representações, também sabemos que a responsabilidade pelos discursos e pelas situações de discriminação não poderá ser atribuída unicamente às nossas próprias interpretações, pois estas são influenciadas por vários agentes de sociabilização, designadamente a família, a escola, os meios de comunicação social, entre outros.

Por isso, é um risco responsabilizar unicamente os próprios cidadãos pela construção e legitimação das atitudes de discriminação face aos cidadãos ciganos. Sabemos também que não podemos abordar as representações e os estereótipos como um conjunto de representações uniforme e homogêneo; bem pelo contrário, é necessário ter presente as diferentes orientações e modos de posicionamento que estão presentes nessas representações. Desta forma, o combate à discriminação deve ser entendido como um processo muito mais amplo e contínuo de tentativa de alteração das representações sociais, conscientes que não é através de ações pontuais que se consegue alterar a imagem que a sociedade possui sobre as comunidades ciganas há muitos anos.

É assim fundamental um trabalho de conhecimento e de desconstrução das representações que existem sobre estas comunidades de forma a garantir um conjunto de condições para que as pessoas ciganas possam ser cidadãos de pleno direito, pois a maior parte das situações de pobreza e exclusão social vivenciadas por estas comunidades estão associadas a representações, estereótipos e preconceitos que existem face aos seus membros e que condicionam a sua participação efetiva na sociedade. A maior parte dos cidadãos vê as Comunidades Ciganas como pessoas que vivem em acampamentos e/ou barracas, são delinquentes, preguiçosos, vagabundos, vivem das prestações sociais, não valorizam a escola e não gostam de trabalhar. Esta imagem reflete mais uma vez a falta de conhecimento que os

cidadãos possuem sobre as diversas realidades das comunidades ciganas que se converte num conjunto de generalizações associadas a estes cidadãos.

Tal como foi referido anteriormente, os estereótipos e as representações que possuímos sobre as comunidades ciganas condicionam a forma como nos apresentamos e como nos comportamos, assim como os “muros” que vamos construindo à nossa volta impedindo o relacionamento e o diálogo com estes cidadãos.

Promover a reflexão sobre estas representações implica, desde logo, desconstruir e garantir o acesso e o exercício dos direitos humanos por parte destes cidadãos, construindo uma sociedade mais justa, em que os “muros” devem dar lugar à confiança, ao respeito, à solidariedade e à cidadania, permitindo a construção de “pontes”.

2. A EAPN Portugal e o combate à Discriminação junto das Comunidades Ciganas

A EAPN Portugal tem como missão defender os direitos humanos fundamentais e garantir que todos tenham as condições necessárias ao exercício da cidadania e a uma vida digna, promovendo a luta contra a pobreza e a exclusão social, o trabalho em rede e o envolvimento de toda a sociedade. Para tal, um pilar importante da intervenção da instituição passa necessariamente pelo desenvolvimento de ações que promovam uma melhor inclusão das pessoas nas comunidades onde se inserem, havendo por isso uma responsabilidade acrescida relativamente aos grupos minoritários, que são excluídos e discriminados, como são exemplo as comunidades ciganas.

Neste sentido, é pertinente o desenvolvimento de ações que promovam a informação e o conhecimento sobre os cidadãos ciganos portugueses, pois a sua ausência contribui, conseqüentemente, para o desenvolvimento e o agravamento de estereótipos e preconceitos.

Das várias ações desenvolvidas pela EAPN Portugal destacamos as campanhas de sensibilização que foram realizadas com o envolvimento e participação das próprias comunidades ciganas.

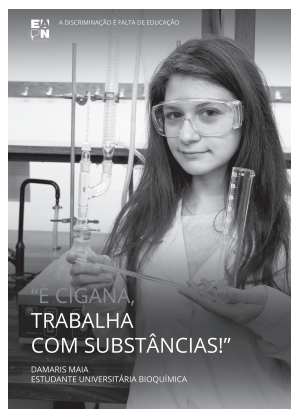
a) Campanha de sensibilização “Discriminação é Falta de Educação” – 2016

Esta campanha teve como objetivo desmistificar um plural – “os ciganos” – supostamente representativo de uma entidade coletiva apenas imaginária, e quase sempre negativa, que procura classificar um todo ignorando as partes. E, maioritariamente, responsável pela manutenção de preconceitos negativos que alimentam a discriminação social e as suas maléficas consequências. Esta campanha procura sensibilizar os cidadãos para a necessidade e urgência de “olharmos” para estes cidadãos como Mulheres, Homens e Cidadãos iguais aos outros. Um combate centrado no questionamento de estereótipos que nos interpele a todos para conhecer antes de discriminar negativamente e, assim, desconstruir mitos num esforço coletivo de coresponsabilidade – para a indispensável convivência de todas as diferenças. Por outras palavras, “nascer cigano” não significa uma condenação à Pobreza, Exclusão e Discriminação.

Esta Campanha pretendeu também assinalar o Dia Internacional do Cigano, que se comemora no dia 8 de abril e contempla um vídeo web e cartazes, que se encontram disponíveis nos seguintes links: <https://www.youtube.com/watch?v=wmYw60m4tMA&feature=youtu.be> e <https://www.eapn.pt/campanha/10/campanha-nacional-a-discriminacao-e-falta-de-educacao>

b) Publicação “Singular do Plural” – 2016

“Singular do Plural” apresenta um conjunto de testemunhos reais, contados na primeira pessoa, que nos dão a conhecer diferentes trajetórias pessoais





e familiares, as suas experiências, os seus desejos e a sua forma de entender a sociedade. São testemunhos de cidadãos de etnia cigana em relação aos quais foram privilegiados, em primeira instância, os percursos escolares e profissionais. Histórias de vida que demonstram que uma perfeita inclusão escolar e profissional não os impede de continuar a pertencer a um determinado grupo étnico. Desde o início desta iniciativa, quisemos que estes testemunhos fossem acompanhados de

fotografias. O objetivo é o de confrontar os leitores, de forma gráfica, com a mesma mensagem que se pretende transmitir com os testemunhos. Procura-se, no fundo, e assumidamente de forma provocatória, incentivar um olhar diferente.

Esta publicação é, assim, uma partilha de 20 histórias, 20 rostos de cidadãos portugueses de etnia cigana, enquanto forma de dar a conhecer realidades diferentes e contrárias aos estereótipos mais comuns tão bem descritos por cada um dos intervenientes. Cada mensagem, cada rosto, representa a importância do singular, e a recusa de um plural mentiroso e enganador – “os ciganos”.

c) Campanha contra a Discriminação das Comunidades Ciganas – 2017 #direitoaseroquequiserem



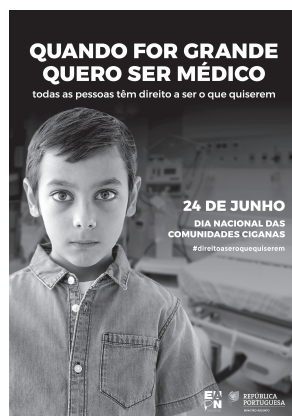
A campanha nacional #direitoaseroquequiserem foi desenvolvida pela EAPN Portugal em parceria com a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade. O objetivo geral desta campanha foi o de procurar influenciar positivamente a imagem social sobre estas comunidades na sociedade maioritária, nomeadamente confrontando-a com a forma injusta e violentamente discriminatória com que trata quotidianamente e transversalmente esta etnia e, desta forma, embora não exclusivamente, convocando-a para uma mudança de comportamentos. Enquanto objetivos específicos,

de uma campanha que tem como destinatários a sociedade em geral, as próprias comunidades ciganas e os profissionais de várias áreas de intervenção social, pretendeu-se:

- Contribuir para a desconstrução de estereótipos e representações, pondo em evidência a sua existência e alcance;
- Interpelar os discursos que legitimam o desenvolvimento de atitudes de discriminação face a estas comunidades.

Poderiam ser muitos os enfoques de uma campanha com estes objetivos. Poderíamos optar por mensagens mais fortes, quiçá até violentas, questionando de maneira ainda mais evidente e penalizadora, todos os que contribuem para uma paralisadora discriminação secular das comunidades ciganas. Mas, e tendo em consideração, os canais de comunicação que se pretendia envolver (TV, web, rede de multibanco, rede de transportes, entre outros) **optamos por colocar todo o enfoque numa questão basilar: há vontade, há sonhos, há esforços, há percursos, mas há igualmente ainda enormes barreiras a uma integração económico-social de plena cidadania.** Ainda e quando – e são cada vez mais os casos em que isso acontece, muito como consequência de políticas públicas mas também de enorme esforços das próprias comunidades ciganas – **o percurso escolar e académico das crianças e jovens ciganos em nada se distingue dos demais cidadãos portugueses, continua a persistir um bloqueio que impede a sua plena aceitação.** E esse bloqueio, que assenta em estereótipos, e projeções de preconceitos, resulta numa discriminação desmotivadora, castradora e que, no limite, destrói por completo todos os esforços feitos em diferentes domínios (educação, mas também emprego, habitação e saúde) criando um sentimento de impotência, partilhado pelas comunidades ciganas e por todos aqueles que, quotidianamente, procuram romper estes círculos viciosos de equívocos que levantam muros de gigantescas dimensões.

A campanha assentou em vários produtos, designadamente, 2 spots de TV, dois vídeos web, rede de multibanco, rede de transportes e cartazes e contou com a



participação de duas figuras públicas: Catarina Furtado (atriz e comunicadora) e Francisco George (Diretor Geral da Saúde) que desde, logo abraçaram esta causa.⁴

A concretização de ações que promovem o combate à discriminação junto das comunidades ciganas fica a dever-se à conjugação pioneira de várias vontades que importa realçar: o esforço de imensos elementos das comunidades ciganas que há longos anos procuram, individual e coletivamente, combater a discriminação; a motivação e esforço continuado de organizações como a nossa, mas igualmente de tantas outras, para que este assunto ganhe o relevo necessário na sociedade portuguesa.

3. Principais Recomendações de Ação

Combater as barreiras de inclusão provocadas pelos preconceitos e pelos estereótipos constitui uma área fundamental para a inclusão das Comunidades Ciganas. As medidas de deteção de discriminação e as medidas para as combater são um ponto de partida para toda e qualquer política de inclusão destas populações. Os processos de discriminação são resultado de dinâmicas complexas, com múltiplas causas sociais e, com longas e profundas “tradições”. Promover a igualdade é um processo de longo prazo e, deve ser tido como tal.

Apesar de existirem vários mecanismos para promover a igualdade, ainda persistem situações ultrajantes de discriminação. Esta persistência deve-se a um conjunto de barreiras que precisam urgentemente de ser ultrapassadas pelos Estados-membros apostando nos seguintes itens: a) divulgação da informação sobre a legislação existente em matéria de igualdade, assim como os mecanismos que existem para as vítimas que vivenciam estas situações; b) dificuldades relativamente ao reconhecimento da existência de discriminação e a resistência das vítimas em denunciar atos e práticas de discriminação; c) os custos legais associados a estes processos; d) limitações relativamente aos procedimentos de resolução de litígios de forma a alcançar a igualdade; e) falta de dados e, por fim, f) a

⁴ Os materiais da campanha encontram-se disponíveis para consulta/download nos seguintes links:
<https://www.youtube.com/watch?v=oeMy1e82aL8>
https://www.youtube.com/watch?v=DPn6hOw8m_g

necessidade de possuir medidas que contribuam para prevenir a discriminação e promover a igualdade.⁵

As estratégias para combater o preconceito e a discriminação devem ocorrer em todas as áreas, a vários níveis, e numa perspetiva multidimensional. **Assim, destacamos algumas mensagens:**

- **Os cidadãos de etnia cigana têm direitos e deveres como qualquer outro cidadão.** São cidadãos nacionais e devem ser reconhecidos como tais, respeitando e promovendo a sua cidadania, assim como a garantia dos direitos humanos.
- **A intervenção efetuada para garantir a inclusão das Comunidades Ciganas deve ter por base um enfoque na diversidade e no diálogo intercultural,** no sentido de permitir que todos os cidadãos contribuam para uma sociedade mais justa, igualitária, onde as diferenças e o respeito assumem um papel fundamental na coesão social.
- **A cultura cigana faz parte do património cultural nacional, europeu e mundial,** contribuindo para a constituição de sociedades interculturais.
- **Dinamização efetiva de estruturas para a promoção de igualdade de oportunidades como é exigida pela Diretiva da União Europeia 43/2000,** no sentido de combater uma vez por todas as praticas de discriminação que afetam diariamente estas comunidades.
- **Definição e implementação de medidas que promovam a identificação de práticas discriminatórias,** medindo a sua intensidade, os seus efeitos e como estas se manifestam.
- **Dar a conhecer/compreender à sociedade maioritária a vida quotidiana das comunidades ciganas,** as suas dificuldades, as suas contradições, as tensões e os problemas que se lhes impõe. Isto porque partimos do pressuposto que muitas das perceções que existem sobre as comunidades ciganas se ligam intimamente com a representação social sobre a forma como estes cidadãos vivem (e que é uma das razões justificativas das principais atitudes racistas e de discriminação), sem que se integre a forma de vida destes cidadãos num

⁵ Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho (janeiro de 2014) sobre a implementação da Diretiva Europeia sobre a Igualdade Racial (2000/43/CE) e a Diretiva sobre igualdade no emprego (2000/78/CE) adotada em 2000: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2014:0002:FIN:PT:PDF>

determinado contexto associado muitas vezes mais a uma cultura da pobreza do que a especificidades culturais desta etnia.

- Os cidadãos portugueses de etnia cigana vivem em **contextos diferentes, têm práticas diferentes, exercem atividades profissionais diferenciadas, verificando-se a mesma heterogeneidade ao nível da religião, da habitação, da escolarização e da situação financeira**. O entendimento e a visão que temos destes cidadãos nos vários domínios sociais devem ser construídos tendo presente cada pessoa, cada comunidade e o próprio contexto da região ou país em que vivem.
- **Dar voz às Comunidades Ciganas**, que embora muitas vezes seja protagonista de notícias nos meios de comunicação, raramente é ouvida para divulgação da sua cultura, das suas atividades e dos seus problemas em forma de discurso direto.
- **Promover o envolvimento ativo dos meios de comunicação social** visto serem estes os *opinion makers*, por excelência com vista à sensibilização destes profissionais e do público em geral.
- Desmistificar e procurar dar uma imagem real sobre muitas das ideias feitas e dos preconceitos que existem sobre as Comunidades Ciganas em Portugal. Neste sentido, é importante desenvolver **campanhas de sensibilização pública** no sentido de promover uma imagem positiva das comunidades ciganas, reforçando o respeito pela diferença e o diálogo intercultural.

Para que se verifique o combate eficaz destas práticas de discriminação é necessário que os Estados-membros invistam em formas de ultrapassar as dificuldades enunciadas anteriormente. Por isso, torna-se cada vez mais premente a necessidade de unir esforços e construir pontes entre a população cigana e a restante população, promovendo um maior conhecimento e uma maior consciencialização de todos os cidadãos para a importância de garantirmos o exercício pleno dos direitos humanos a estas comunidades.

Los desafíos de la intervención social con la comunidad gitana

Isidro Rodríguez*

El propósito la Fundación Secretariado Gitano ha estado siempre ligado al desarrollo de medidas y acciones de intervención social con la comunidad gitana en España. En este empeño la Fundación lleva trabajando desde los primeros años 80 del siglo pasado. Contamos pues, con una larga perspectiva sobre la evolución de la situación social de la comunidad gitana en nuestro país y también sobre los impactos y limitaciones de las políticas de inclusión desarrolladas.

Esta posición de observador y de actor privilegiado nos ha permitido apreciar los relevantes avances de la situación social y cultural de la comunidad gitana y de las personas gitanas en la sociedad española. Los progresos indudables que se han producido en la protección de sus derechos, en la mejora de las condiciones de vida incluso en el cambio de las representaciones sociales dominantes hacia los gitanos. Transformaciones lentas, pero profundas y radicales que también se han ido produciendo en la propia comunidad, principalmente en lo que afecta a los roles tradicionales de los más jóvenes y en especial de las mujeres y en la participación social y las relaciones con la mayoría social.

Pero también, y es el sentido fundamental de este artículo, podemos constatar que van pasando las décadas y los avances son claramente insuficientes y las desventajas para las nuevas generaciones no se reducen: amplias capas de la población gitana se mantienen en una situación de exclusión severa, persisten condiciones estructurales de inequidad, especialmente en el terreno educativo o en el acceso al empleo y muy particularmente en el abordaje de la discriminación. A todo ello la crisis económica ha afectado de manera singular a los que ya antes de su estallido eran más vulnerables. Además, la transformación digital de la economía y de nuestra sociedad supone una amenaza específica y nuevo factor de desigualdad.

Como señalaba la filósofa española Adela Cortina¹, el ideal de ilustrado que funda nuestros Estados modernos se basa en dos pilares fundaméntales: la igual dignidad de las personas y la igualdad de trato. Podemos concluir que hay un evidente fracaso de nuestro Estado social en relación a los gitanos en ambas

* Director de la Fundación Secretariado Gitano (<https://www.gitanos.org/>). Isidro Rodríguez Hernández es Licenciado en Psicología por la Universidad Complutense de Madrid. Ha trabajado en Cruz Roja y otras entidades en el ámbito de la salud, incorporándose en 1994 a la entonces Asociación Secretariado General Gitano para coordinar el Área de Salud y el proyecto europeo Sastipen. En 1999 asumió la coordinación territorial de la ASGG en Madrid; en 2000 accedió al puesto de Director de Programas de la entidad, constituida ya como Fundación, y desde abril de 2005 dirige la Fundación Secretariado Gitano.

¹ Adela Cortina. https://elpais.com/elpais/2017/12/08/opinion/1512748526_051506.html

aspiraciones. Estas constataciones de que para la comunidad gitana los progresos son demasiado lentos y siempre insuficientes y cierto pesimismo al pensar que esta seguirá siendo la tónica en el futuro porque además la cuestión gitana ha dejado de estar en las prioridades de la Agenda política, nos lleva a pensar que es necesario agitar de alguna manera el panorama de las políticas y las estrategias de inclusión social para catalizar los cambios necesarios.

La necesidad de mayor exigencia y de eficacia a las políticas de igualdad y de inclusión social, pasa hoy inevitablemente por revisar y cambiar el rol de las propias organizaciones que hemos jugado un papel en la intervención social. Además de prestar servicios y programas valiosos de intervención, debemos ser un claro altavoz ante los poderes públicos y la mayoría social de la situación de la comunidad gitana. Implica también que es imprescindible revisar e impulsar un rol más exigente, reivindicativo, ordenado y eficaz por parte del movimiento asociativo gitano, de las organizaciones e instituciones que pretendan defender los derechos y canalizar las aspiraciones de las personas y de la comunidad gitana en nuestras sociedades.

En coherencia con este análisis, la Fundación Secretariado Gitano ha venido haciendo esta reflexión interna y el nuevo Plan Estratégico aprobado el pasado mes de junio por nuestro órgano de gobierno, introduce importantes cambios en algunos de nuestros enfoques fundamentales. Así la *defensa de derechos* de las personas gitanas, la *incidencia política* y el empoderamiento de las personas gitanas pasan a ser uno de los ejes rectores de nuestra actividad para los próximos años.

Estamos en tiempos de transformación social y de una mayor reivindicación y defensa de la pluralidad social². Estamos asistiendo al empoderamiento y a conquistas en igualdad de trato de aquellos grupos sociales que siempre han sido discriminados, minoritarios y no hegemónicos. Claros ejemplos están siendo la pujanza y la capacidad de cambio social del movimiento LGTBI en ámbitos como el de la orientación sexual de las personas; el transformador avance del feminismo o, en otro plano, las conquistas de las organizaciones de la discapacidad. En este contexto de empoderamiento y reclamación de un protagonismo social negado hasta ahora a amplios sectores de la sociedad que representan realidades siempre subordinadas y discriminadas, la Comunidad Gitana no puede quedarse relegada y tiene que poder reclamar su reconocimiento y aspiraciones.

² Innerarity, Daniel. *La política en tiempos de indignación*. Galaxia Gutenberg 2015

La situación social de desventaja, de desigualdad que sufren los grupos tradicionalmente *subordinados*, no se puede resolver ya sólo desde políticas de inclusión que pretenden compensar *carencias* materiales. La *equidad* y el *reconocimiento* de la identidad y de las diferencias del otro, son elementos que deben de ir unidos para garantizar el ejercicio de la ciudadanía.

Eso significa de alguna manera, que hoy no podemos plantearnos desafíos en la intervención social con la comunidad gitana que no pasen por promover nuevas competencias en las organizaciones sociales de manera que podamos ser, además de impulsores de las medidas de promoción social, defensores de los derechos de las personas gitanas y vehículos para su empoderamiento y su protagonismo social.

1. La comunidad gitana española en el nuevo Siglo

Para los gitanos españoles, la llegada de la democracia y la aprobación de la Constitución Española les sitúa en el primer momento de su historia en el que pasan a ser formalmente sujetos de derecho, formalmente ciudadanos iguales al resto. Obviamente su posición en la jerarquía social continuaba siendo la más baja y con enormes diferencias sociales objetivas y simbólicas³

Con todo, los años 80 y 90 supusieron años de avance sin precedentes, sobre todo teniendo en cuenta el punto de partida, pero no solo. Como ya hemos destacado en otros momentos⁴, la puesta en marcha de nuestro tardío y precario Estado del Bienestar transformó la sociedad española y la comunidad gitana se benefició también. El acceso a la sanidad universal, al sistema educativo, a las pensiones no contributivas, a los planes de vivienda social y a las prestaciones sociales y demás mecanismos de protección, supusieron una transformación sin precedentes de las condiciones de vida de la población gitana.

De hecho, la mejora y el cambio son muy intensos si se comparan se comparan con las situaciones de partida en las que se encontraban las familias gitanas en aquel momento y son igualmente relevantes cuando las comparamos con

³ Laparra Navarro, Miguel. *Informe sobre la situación social y tendencias de cambio en la comunidad gitana. Una primera aproximación*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 2007.

⁴ Rodríguez Hernández, Isidro. Diez años de intervención social *Gitanos Pensamiento y Cultura*, nº 49-50. FSG Madrid 2009

la situación de las comunidades gitanas en resto de los países europeos. Sin embargo, el avance no es tan positivo cuando la comparamos con los indicadores de integración y bienestar del conjunto de la sociedad española.

Tras ese impulso inicial las cosas, sin embargo, se han ido ralentizando y en algunos ámbitos deteniéndose o incluso retrocediendo para muchas familias gitanas. El inicio de este siglo coincidió en España con un ciclo económico alcista. Asistimos a un descenso sin precedentes de las tasas de desempleo y a un fuerte crecimiento de la economía. Fueron los años del eslogan “*España va bien*” que oíamos repetir a los responsables políticos en los gobiernos central y autonómicos.

Sin embargo fueron años desaprovechados para corregir de manera apreciable las desigualdades, para reducir las tasas de pobreza y de exclusión. Incluso en algunos ámbitos como el de la vivienda, el retroceso fue clamoroso y después hemos pagado las consecuencias. En un país en el que cada año se construían más viviendas que en toda la UE, la vivienda social fue testimonial. Ha persistido el chabolismo y la infravivienda y se alimentó la burbuja inmobiliaria que tan trágicas consecuencias ha traído después.

Más tarde, a partir de 2008 se hace patente la crisis económica en la vida cotidiana de las personas. Crisis que golpea a toda la sociedad, creando pérdida de riqueza, inestabilidad y temor en las clases medias, pero sobre todo dañando seriamente a los grupos de población más vulnerable, a las clases bajas. Y entre ellos de manera clara a la comunidad gitana.

Las políticas de recortes y *austeridad* llevadas a cabo en nuestro país han aumentado y consolidado las desigualdades al afectar a las transferencias sociales básicas en educación, sanidad, políticas activas de empleo o programas de rentas y otras prestaciones y ayudas.

Las situaciones que han estado viviendo estos años muchas familias gitanas en toda España se caracterizan por un profundo y rápido empeoramiento de sus condiciones de vida cotidianas⁵ con la retirada de prestaciones y ayudas (las ayudas de comedor escolar por ejemplo han hecho una gran mella), la pérdida de la vivienda o dificultades para hacer frente a los gastos de la misma y a los suministros básicos. La pérdida de empleo de los jóvenes y mujeres que se habían

⁵ El impacto de la crisis en la comunidad gitana, (FSG, 2013). Consultar en: http://www.gitanos.org/centro_documentacion/publicaciones/fichas/100836.html es

incorporado en estos años, las dificultades de las familias que se dedican a la venta en mercadillos por la caída general del comercio y la reducción de ayudas y prestaciones explican el panorama. Además la eliminación de inversiones y de programas de compensación educativa o de prevención del fracaso y abandono escolar tendrán efectos profundos en el medio y largo plazo.

Los últimos Informes de la Fundación FOESSA⁶ describen bien este impacto de la crisis. En el VI Informe de 2008, en los inicios de la crisis, el número de personas gitanas en situación de exclusión social alcanzaba al 75% de las familias (i) y el 26% de las mismas se encontrarían en una situación de “*exclusión severa*”. El VII Informe de 2014, no ha aumentado el número de familias en situación de exclusión moderada, continua en la intolerable cifra del 76% (tres de cada cuatro familias), pero lo que ha ocurrido es que ha habido un auténtico trasvase hacia situaciones de *exclusión severa*, hora el 54% de las familias gitanas se encuentran en esta situación.

Informes FOESSA	<i>Integrados</i>	<i>exclusión moderada</i>	<i>exclusión severa</i>
2009	24%	50%	26%
2014	27%	18%	54%

* Cuadro elaboración propia a partir de los Informes FOESSA

Un elemento fundamental para entender y abordar la situación social de la comunidad gitana es su condición de minoría discriminada. Los procesos de discriminación social, además de la indignidad, el daño y el sufrimiento que ocasionan a las personas, suponen una traba añadida para la incorporación social y trabajan activamente contra la misma. También en este terreno se han producido importantes avances en la sociedad española, pero conviene recordar que los gitanos continúan siendo el grupo de ciudadanos más discriminados y hay una gran laxitud en la aplicación de la legislación antidiscriminatoria y una débil respuesta social contra la misma⁷.

⁶ <http://www.foessa2014.es/informe> y

⁷ Todavía hoy se producen hechos como en las localidades de Estepa y Castellar donde se queman casas de familias gitanas o se producen manifestaciones para que abandonen el pueblo y donde la respuesta institucional y de la sociedad ha sido incomprensiblemente inexistente, lo que no habría ocurrido en el caso de cualquier otra familia.

Vemos pasar las décadas y nos adentramos ya en el siglo XXI y los gitanos continúan lejos de los estándares de renta, de disfrute de derechos, de acceso a oportunidades, recursos y servicios que la media de la población. Vemos pasar las décadas con periodos de bonanza o de crisis, pero no hay una reducción significativa de esa brecha de desigualdad y amplias capas de la población gitana continúan en el furgón de cola de nuestra sociedad.

Se diría que para la participación social de la comunidad gitana y para poder ejercer su plena ciudadanía, no hay un *techo de cristal*, sino un techo de hierro que les condena a permanecer en situaciones crónicas de pobreza, exclusión y rechazo social que finalmente son aceptadas como normales por los responsables públicos y por el conjunto de la sociedad. A menudo también por las víctimas, porque este ha sido siempre el estado natural de las cosas.

¿Qué está fallando entonces en las medidas y políticas de inclusión que vienen desarrollándose desde hace décadas para que no haya progresos determinantes?

2. Los avances y el limitado impacto de las políticas de inclusión para la comunidad gitana

La cuestión gitana entró con fuerza en la Agenda de la UE a partir de 2004, sobre todo a raíz de la incorporación a la Unión de los países del Este de Europa donde esta minoría es demográficamente muy relevante. Tras constatar la terrible situación de exclusión social, de discriminación y antigitanismo que las personas gitanas padecen en la mayoría de los países de la UE y constatar también el fracaso de las respuestas que se estaban dando, en 2011 la Comisión Europea lanza el "*Marco Estratégico para las Estrategias Nacionales de Inclusión de la Comunidad Gitana*"⁸.

Se trata de la primera vez en la historia que se articula una política específica para la inclusión de la comunidad gitana y se hace a nivel europeo, en cada uno de los 27 Estados Miembro. Este ha sido un paso gigantesco y muy trascendental que las organizaciones sociales hemos celebrado, y que tiene un alto valor que debemos proteger, señalar sus insuficiencias y mejorar su eficacia.

⁸ COM(2011) 173. COMUNICACIÓN DE LA COMISIÓN AL PARLAMENTO EUROPEO, AL CONSEJO, AL COMITÉ ECONÓMICO Y SOCIAL Y AL COMITÉ DE LAS REGIONES. Un marco europeo de estrategias nacionales de inclusión de los gitanos hasta 2020

El Marco Estratégico supone en la práctica diseñar unos principios comunes de intervención, unos objetivos también comunes centrados en avances en el acceso al empleo, la educación la salud y la vivienda y una arquitectura básica en la que cada Estado Miembro designa una autoridad responsable de la Estrategia Nacional y se establece un mecanismo de revisión anual por parte de la CE y el Parlamento Europeo.

Otro elemento clave de las políticas europeas de inclusión de la población gitana han sido los Fondos Estructurales y e Inversión (FEI). Especialmente el Fondo Social Europeo que para el periodo de programación 2014-2020 ha llegado a incorporar una prioridad específica de inversión para la comunidad gitana. Decisión que en teoría debería de permitir dedicar en el conjunto de la UE varios miles de millones de euros a la implementación de políticas de inclusión para la comunidad gitana.

Esta cuestión es extremadamente relevante, porque, en resumen, vemos que existe un mandato político europeo para promover la inclusión de la comunidad gitana, y además viene acompañado de un instrumento financiero para implementar esas políticas. Y sin embargo su impacto es muy limitado. ¿Qué ocurre entonces, por qué no funciona adecuadamente?

En España la Estrategia se aprueba en 2012. Se trata de un buen documento, con ambiciosos (pero creemos que alcanzables) objetivos intermedios y objetivos a 2020. Sin embargo, su implementación práctica deja mucho que desear y claramente no será capaz de lograr los objetivos señalados en los próximos tres años.

Estos son algunos de los elementos que podemos identificar en la experiencia española que restan eficacia a la Estrategia y que seguramente son trasladables al resto de Estrategias Nacionales de otros países de la UE:

- **La Inclusión de la población gitana no es uno de las prioridades en la agenda social de las administraciones.** En general es una cuestión secundaria que además ha quedado relegada por la extensión de la crisis económica y por la emergencia y dimensión del fenómeno de la inmigración y la crisis de los refugiados.
- **Desconexión de los objetivos de la Estrategia con otras políticas sociales:** Por ejemplo, la Estrategia señala como objetivo la erradicación del chabolismo o la reducción de las tasas de fracaso escolar, pero el Plan Nacional de Vivienda

o la Ley de Educación o los trabajos en marcha para la Reforma de la Ley de Educación son totalmente ajenos a estos objetivos.

- **Descoordinación de la Estrategia con el ámbito local o regional.** En un país tan descentralizado como España, donde las competencias de las políticas sociales están en la Comunidades Autónomas, no existen buenos mecanismos de coordinación y desarrollo de la Estrategia nacional. No hay un patrón para el desarrollo de estrategias regionales o locales que queda más arbitrio de cada administración, pero desconectado del Marco Europeo.
- **La Estrategia no cuenta con un presupuesto específico para su implementación.** No se dedican los recursos necesarios para los objetivos señalados. Pero además de no tener un presupuesto específico, las posibles fuentes de financiación disponibles como son las subvenciones estatales del IRPF para ONGs, el Fondo Social Europeo o el FEDER y la financiación local o autonómica no cuentan con una planificación consistente con la Estrategia.

Hay dos cuestiones más a nuestro juicio que afectan a la eficacia de las políticas de inclusión de la población gitana:

Una tiene que ver con la **débil respuesta a la cuestión de la Discriminación** y su pobre articulación con el resto de medidas de inclusión social. No valorar adecuadamente el peso que el rechazo social, la discriminación directa e indirecta o los comportamientos racistas que sufre la población gitana, (discriminación en ocasiones mantenida por parte de las propias instituciones públicas responsables de impulsar estas políticas) es desconocer la complejidad de los factores en juego, no comprender la necesidad de dar respuestas integrales y restar eficacia por tanto a las políticas de inclusión.

Finalmente, el otro aspecto muy relevante es el desarrollo de **medidas de reconocimiento institucional**, medidas necesarias y altamente valiosas, que están teniendo un importante desarrollo en nuestro país en estos últimos años, pero que deben de estar enmarcadas en políticas más amplias de equidad o inclusión, para evitar el riesgo cierto de que las sustituyan. Así, estamos asistiendo a la extensión de actos de reconocimiento institucional, celebraciones del Día Internacional del Pueblo Gitano en todos los parlamentos autonómicos y la mayoría de las localidades españolas. También hemos visto diferentes resoluciones del Parlamento para reconocer símbolos como la bandera o himno de la comunidad

gitana. Todas estas acciones tienen un alto valor simbólico y son eficaces porque inciden sobre las representaciones sociales negativas que han pesado sobre esta comunidad, pero hay que evitar el riesgo de caer en una política meramente declarativa o de gestos que sirva de coartada para no abordar las condiciones más estructurales de la exclusión y de la discriminación.

3. El reto de asegurar un modelo de intervención más integral, más intenso, más eficaz

El caso de la comunidad gitana ilustra bien las bondades, pero sobre todo las limitaciones e insuficiencias de las políticas específicas de inclusión. Queremos señalar aquí algunos de los desafíos que a nuestro juicio debería de abordar nuestro sistema de protección con los más excluidos para poder revertir la situación actual de impasse.

- a) **Un sistema de protección social amplio e inclusivo es, de lejos, el mecanismo más eficaz para garantizar la integración social.** Para la comunidad gitana española el acceso al sistema de salud, las políticas públicas de vivienda, el acceso al sistema educativo y a las prestaciones, ha sido determinante para la mejora de sus condiciones de vidas y el trampolín hacia la incorporación social. El principal instrumento de equidad es que las políticas universales de protección continúen siendo verdaderamente inclusivas con la población gitana. Pero en estos momentos el desafío para reducir las desigualdades pasa, no sólo por preservar nuestros servicios universales, sino que se necesita un esfuerzo visible en al menos tres aspectos básicos, para toda la población en situación de pobreza y para ese 54% de familias gitanas más excluidas:
- Elevar significativamente las prestaciones a las familias con menores a su cargo, como medida eficaz de reducción de la pobreza infantil.
 - No dejar hogares desprotegidos. Una garantía de ingresos mínimos suficiente en cobertura y alcance que proteja realmente contra la pobreza de rentas.
 - Garantizar el derecho de las familias a una vivienda digna y no ser despojados de ella.
- b) **Desarrollar medidas específicas de compensación y de activación adaptadas a los grupos vulnerables y excluidos.** Los servicios universales aportan el suelo y las oportunidades y contribuyen a mejorar los aspectos esenciales

de la vida de las personas, pero por sí mismos no reducen la brecha de desigualdad que existe para grupos y personas cuyo punto de partida es mucho más desfavorable. Se precisan programas, servicios y medidas específicas para reducir esos gaps, especialmente en el terreno de la calidad educativa, el acceso al empleo, la vivienda o la salud.

En concreto hay tres ámbitos muy básicos, muy estructurales en los que más se aprecia la brecha de desigualdad entre la población gitana y el resto de la población. Aspectos que deberían de ser abordados de una manera específica y decidida si queremos cambiar la situación actual:

- Medidas específicas para reducir las intolerables tasas de fracaso escolar que afectan al 64% del alumnado gitano, que no llega a titular en las Enseñanzas básicas.
- Medidas específicas de formación e incorporación a un empleo de calidad, para una población significativamente desigual en el acceso al empleo.
- Actuaciones específicas para la erradicación del chabolismo y de la infravivienda que aún afectan al 8,6%⁹ de las familias gitanas españolas.

- c) **Intensidad y cobertura suficientes de los mecanismos de protección.** Si las inversiones para la inclusión social son insuficientes, se consumen recursos y se palían situaciones de exclusión, pero los procesos se eternizan y no se producen cambios significativos y consistentes en términos de igualdad de oportunidades para las personas y grupos afectados. Creemos que es esta falta de intensidad de las políticas y las medidas de inclusión el principal problema que padece nuestro sistema y el responsable de que no se lleguen a concluir o erradicar las situaciones de pobreza o exclusión que afecta a la población gitana.

Nuestras políticas sociales y de inclusión cuentan con planes y estrategias (nacionales y/o autonómicas), pero para lograr resultados en los ámbitos que señalábamos más arriba, se requiere una aplicación **intensiva** de estas políticas y medidas, es decir que cumplan algunas condiciones que hoy no se dan: Dedicar **recursos suficientes**, dedicarlos de una manera **sostenida**, con continuidad en el tiempo, hasta que se reduzcan los indicadores de

⁹ Estudio-Mapa sobre Vivienda y Comunidad Gitana, 2015. Ministerio de Sanidad Servicios Sociales e Igualdad. Fundación Secretariado Gitano. <https://www.msssi.gob.es/ssi/familiasInfancia/PoblacionGitana/docs/ResumenEjecutivoEstudioViviendaPG2015.pdf>

desigualdad y hacerlo garantizando amplias coberturas tanto a las personas como territorialmente. No dejar *zonas en sombra*.

Mantener el nivel actual de inversiones es mantener este orden de cosas, mantener a capas de la población gitana en una situación crónica de pobreza severa. Con la perversión de que el mensaje implícito (que culpabiliza a las víctimas) es que hay grupos que son excluidos *per se* y que siempre van a serlo aunque se invierta en ellos.

- d) **Aprovechamiento más estratégico y eficaz de los Fondos Estructurales en la reducción de la pobreza y la exclusión.** Siguiendo con la idea anterior, los Fondos Estructurales ya han mostrado que pueden ser de gran ayuda¹⁰ y complementar el esfuerzo de Estado y las CCAA. De hecho, ese es su sentido, aunque creemos que no se ha aprovechado suficientemente. Así conviene recordar que los Reglamentos de los FEI para el periodo 2014/2020 incorporan una prioridad de inversión específica para la comunidad gitana (prioridad 9.2) para programas educativos, de igualdad y lucha contra la discriminación y de formación y empleo. Prioridad de inversión que sin embargo está siendo infrautilizada en los Programas Operativos de la mayoría de las comunidades autónomas. Debemos exigir que los Fondos europeos sean utilizados y aprovechados como el instrumento privilegiado que son para cambiar situaciones de exclusión social, ya que permiten utilizar una financiación muy relevante y hacerlo de manera continuada en periodos de siete o más años.

A menudo comprobamos como la pereza administrativa, la falta de coordinación entre los departamentos responsables de las políticas de inclusión y los departamentos de gestión de estos Fondos hacen que se desaproveche este potencial, con la paradoja de que no se llegan a ejecutar los presupuestos disponibles en un país con tantas carencias.

- e) **Medidas para combatir la Discriminación.** Como hemos señalado, no podemos olvidar que para la comunidad gitana un componente fundamental de su situación social tiene que ver con procesos de discriminación o rechazo social. Es fundamental combatir esos procesos y las prácticas discriminatorias por una cuestión de dignidad y justicia social, pero también es una precondition

¹⁰ La experiencia española de gestión de fondos por ONGs como Cáritas, La ONCE, Cruz Roja Española y la Fundación Secretariado Gitano (Programa Acceder), son un excelente ejemplo de la aplicación de estos Fondos a la lucha contra la exclusión a escala nacional con inmigrantes, discapacitados, personas en situación de pobreza y población gitana. Ver Rodríguez Cabrero (evaluación de impacto del POLCD).(2013)

para salir de las situaciones de exclusión y pobreza extrema. Y además es una exigencia de la comunidad gitana. La discriminación y el rechazo social es la cuestión que más les afecta y que “mayor dolor causa, mucho peor que la pobreza o las condiciones de vida”, la discriminación es una realidad que afecta en términos materiales, pero también en términos morales y de dignidad de las personas y de los grupos sociales.

En este sentido, nuestro país, a pesar de contar con una de las legislaciones antidiscriminatorias más avanzadas, mantiene una aplicación laxa de la misma. Es imprescindible desarrollar en todo su potencial la Directiva 2000/43 CE que prohíbe la discriminación por origen étnico de las personas. Necesitamos dotarnos de una *Ley Integral de Igualdad de Trato* para lograr avances sensibles en este terreno y es imprescindible también contar con el “organismo o autoridad independiente” que preveía la Directiva. Es necesario así mismo, contar con medidas suficientes y estructuras de acompañamiento, orientación y asistencia legal a las víctimas de discriminación. Mecanismos que permitan movilizar la legislación disponible para convertirla en sentencias y disposiciones protejan a las víctimas, sancionen a los agresores y reviertan las prácticas discriminatorias asentadas en nuestros usos sociales.

4. Un nuevo enfoque de las políticas de inclusión y de los actores implicados: de la promoción social a la defensa de derechos

Citando de nuevo a Adela Cortina¹¹ uno de los problemas que á autora señala sobre la Democracia española es que no ha desarrollado en toda su amplitud el Estado social de Derecho. Nuestra democracia es muy avanzada en el reconocimiento y la garantía de derechos civiles, pero no garantiza por igual los derechos económicos, sociales y culturales (DESC), aun cuando nuestro país ha suscrito el Pacto Internacional de NNUU para proteger y aplicar en nuestra legislación estos derechos. Esto en la práctica hace que los ciudadanos más vulnerables, los más pobres, los más excluidos, las minorías rechazadas no puedan exigir y defender adecuadamente sus derechos, porque no son “justiciables” no tienen un rango alto de protección en nuestro ordenamiento jurídico y los poderes públicos no

¹¹ Adela Cortina. Aporofobia, el rechazo al pobre. Paidós 2017

se ven especialmente (legalmente) presionados para garantizar adecuadamente su cumplimiento.

Quizás sea esta la principal razón para que pasen las décadas y la pobreza, la exclusión y la discriminación perduren generación tras generación para los mismos grupos sociales.

Desde los actores de la intervención social, esta situación también debe cuestionarnos. Las organizaciones sociales especializadas en la prestación de servicios y en el desarrollo e implementación de programas para la inclusión social de grupos sociales y personas en desventaja, también necesitamos revisar nuestros enfoques y nuestras prácticas e incluso nuestro rol social, de manera que nuestra acción contribuya a transformar el propio marco de las políticas de inclusión social tradicionales y a dotarlas de la eficacia que de la que adolecen.

Así lo está haciendo nuestra Fundación. Somos conscientes que el paradigma clásico de nuestra intervención “la promoción social de la comunidad gitana” es insuficiente para transformar las cosas, para aspirar a terminar con la pobreza, la exclusión y la discriminación persistentes si no se complementa con la asunción de que la inclusión de las personas gitanas es una cuestión de derechos. Este *enfoque a derechos* se basa en cambiar el paradigma de la intervención, desde una visión basada en las carencia y los mecanismos necesarios para compensarlas, a una comprensión diferente, en las que las personas o las comunidades son sujetos de derechos que no están suficientemente garantizados o igualmente garantizados que para otros grupos sociales. Por otra parte también sitúa a los poderes públicos son titulares de obligaciones para garantizar la efectividad de los derechos y la igualdad en el trato de todos los ciudadanos.

Este foco en los derechos de las personas y las comunidades tiene consecuencias inmediatas en la intervención social, ya que complementa (y modifica) nuestra actividad, servicios y programas, con una nueva *capa* de acciones:

Por una parte, las acciones de incidencia sobre las políticas y sobre los poderes públicos para promover o exigir la aplicación de medidas conducentes a la garantía de derechos de las personas gitanas y de la comunidad gitana.

Por otra parte, este enfoque requiere que incorporemos en nuestros programas actuaciones de empoderamiento, de formación, información y sensibilización,

acompañamiento y protección de las personas gitanas para el ejercicio y defensa de sus derechos.

Finalmente podemos concluir que el desafío al que se enfrentan hoy las políticas de intervención social con la comunidad gitana es el de ser un instrumento para garantizar su acceso efectivo a los derechos económicos, sociales y culturales. El desafío para las políticas de inclusión social es su mutación para dejar de instrumentos que solamente palián o compensan los efectos de la desigualdad, a ser instrumentos de garantía de la igual dignidad de todas las personas y de que todos somos reconocidos en nuestras diferencias y recibimos un trato igual como ciudadanos y miembros de la misma comunidad.

Jovens Mulheres Ciganas: Igualdade e Empoderamento

Nora Kiss*

Resumo: O presente artigo é uma reflexão sobre as metodologias que a REDE de Jovens para a Igualdade e a AMUCIP têm vindo a utilizar nos seus projetos de capacitação e empoderamento de jovens mulheres ciganas. Os projetos assentam numa base de trabalho intercultural com abordagem feminista interseccional e têm demonstrado resultados muito positivos no empoderamento das jovens mulheres tendo em vista a sua participação na esfera pública, nomeadamente o associativismo, o empreendedorismo social e o mercado de trabalho e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida na generalidade.

A REDE de Jovens para a Igualdade é uma associação que congrega duas áreas de intervenção, a juventude e a igualdade de género. A associação tem como objetivo promover o *mainstreaming* de género na juventude através de atividades de educação, nomeadamente educação não-formal; atividades que visam o empoderamento de jovens mulheres; mobilização de jovens para o ativismo em prol da Igualdade de Género e Direitos Humanos; e um trabalho de *advocacy* com fim de representar a perspetiva das jovens mulheres.

A REDE de Jovens para a Igualdade (REDE), em aliança com a Associação para o Desenvolvimento das Mulheres e Crianças Ciganas Portuguesas (AMUCIP), tem vindo a trabalhar com jovens mulheres no Seixal, tendo em vista o seu empoderamento para a participação ativa na esfera pública, tanto em termos políticos e associativos, como em termos de educação e emprego visando, assim, a sua autonomia e independência económica.

Neste, artigo, pretende-se dar a conhecer a experiência e a reflexão atrás dos projetos que visam o empoderamento das jovens mulheres ciganas, nomeadamente o “EmPoderar: do Sonho à Ação” (cofinanciado pelo Programa Cidadania Ativa onde 11 jovens mulheres trabalharam no desenvolvimento das suas competências transversais ao longo de um ano), “DiverCity” financiado pelo Programa Erasmus+ onde um grupo de 8 jovens mulheres desenvolveu uma reflexão sobre a sua presença no espaço público e elaborou um itinerário de visita guiada no Fogueteiro, Seixal), “EmPoderar: capacitação de jovens mulheres E6G” (financiado

* Nora Kiss, economista e politóloga de formação, é presidente da REDE de Jovens para a Igualdade, feminista e ativista pelos Direitos Humanos. Tem vindo a trabalhar com as comunidades ciganas no sentido de promover o *mainstreaming* de género de projetos ligados à cidadania e educação. Colaborou com o projeto Opré Chavalé (EEA Grants) da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres e da Letras Nómadas e o Programa OPRE (Programa Escolhas). É coordenadora do projeto Dare to Dream! (Erasmus+ Juventude em Ação) que tem vindo a apoiar o recém-lançado Centro Romi no Seixal.

pelo Programa Escolhas onde 22 jovens mulheres participaram num programa de desenvolvimento de competências transversais) e “Dare to Dream!” (financiado pelo Programa Erasmus+ Juventude em Ação onde 8 jovens mulheres têm vindo a planear e preparar o projeto de empreendedorismo social “Centro Romi”, recentemente lançado na Arrentela, Seixal).

De que falamos quando falamos de jovens mulheres?

A juventude é “um período de transição de uma infância marcada pela dependência a uma fase adulta marcada pela independência, bem como pela tomada de consciência da nossa interdependência enquanto membros de uma comunidade”¹. A juventude é um conceito social e culturalmente construído e dinâmico. Em Portugal, não existe uma delimitação legal estrita do intervalo etário que consideramos juventude, mas a maioria dos programas de políticas públicas têm o limite etário nos 30 anos (caso do Programa Escolhas, Porta 65, Lei do Associativismo Jovem, Cartão Jovem, etc.)². Em termos legais, o artigo 70º da Constituição da República Portuguesa declara que a juventude goza de proteção especial para a efetivação dos seus direitos e, também, que *“A política de juventude deverá ter como objetivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade.”*

Em termos culturais, a infância é mais curta nas comunidades ciganas comparada com a sociedade maioritária. Não existe o conceito de namoro, o casamento, que marca o início da vida adulta, acontece mais cedo, segundo o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas as jovens ciganas casam entre os 13 e os 15 anos³, entretanto, as participantes dos projetos aqui em análise casaram ligeiramente mais tarde, 14-20 anos. Os casais têm filhos muito cedo, assim, as jovens mulheres beneficiárias destes projetos são quase todas mães e, se aplicarmos um conceito de juventude mais alargado, nomeadamente até aos 35 anos, poderemos contar com jovens que são avós.

¹ Cfr. definição da UNESCO, Organização das Nações Unidas, disponível em <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/youth/youth-definition>

² Kiss, 2017

³ Mendes, Magano e Candeias, 2014

Na perspetiva da sociedade maioritária, ser mãe é quase inconciliável com o conceito de jovem e ser avó certamente o é. As próprias mulheres ciganas, casadas com filhos, independentemente da idade, não se identificam como jovens. Entretanto, é necessário observar todos os critérios quando definimos o nosso conceito de juventude, nomeadamente o da independência económica, o desenvolvimento da personalidade e a tomada de consciência das realidades sociais para uma vida autónoma. Grande parte dos casais quando casam e quando têm os primeiros filhos, ainda dependem dos pais de várias maneiras, estão a começar a estabelecer uma independência económica para uma vida autónoma. As jovens mulheres ciganas antes de casar não têm acesso ao espaço público de forma independente, raramente saem sozinhas de casa. Mesmo casadas, têm limites e restrições, assim, o processo de tomada de consciência das realidades sociais para uma vida autónoma processa-se mais tarde do que nas jovens da comunidade maioritária. O desenvolvimento da personalidade é um processo dinâmico ao longo da vida humana mas que tem etapas distintas consoante a idade. Neste sentido, reconduzimos para o fator restrito da idade, como fator preponderante na definição de juventude, apesar de, muitas vezes, as próprias não se identificarem como jovens, em termos de linguagem corrente. Assim, quando falamos de jovens mulheres, falamos de mulheres entre os 14 e 30 ou 35 anos. No caso dos projetos em análise, esta faixa etária foi reduzida para 18-30 ou 35 anos. 18 anos de limite mínimo porque como os projetos visam a capacitação para competências transversais ligadas ao mercado de trabalho, só faz sentido integrar jovens com idade superior à escolaridade obrigatória. O limite superior é, no caso dos programas direcionados para a juventude, predefinido pelos regulamentos, mas entendemos que o limite de 35 anos seria o mais adequado.

Quais os desafios?

O Comité CEDAW das Nações Unidas, que monitoriza a implementação da Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres, recomendou ao Estado português, nomeadamente na análise do 8º e 9º Relatório, que tome medidas concretas para melhorar as condições de vida e as oportunidades das mulheres ciganas, nomeadamente:

34. (...) o Comité está preocupado com: (b) A taxa de desemprego entre as mulheres, especialmente mulheres jovens abaixo dos 25 anos, que é muito

alta, e com o facto das mulheres pertencentes a grupos desfavorecidos e marginalizados, como é o caso das mulheres ciganas, (...) terem acesso muito limitado ao mercado de trabalho;

35.-O Comité recomenda que o Estado Parte: (a) Tome medidas seletivas, incluindo medidas especiais temporárias, como a atribuição de incentivos financeiros ao emprego de mulheres; (b) Melhore o acesso das mulheres, especialmente as mulheres jovens, ao mercado de trabalho e aplique o princípio do salário igual para trabalho de igual valor em todos os sectores da economia; (c) Aumente as oportunidades de trabalho para mulheres pertencentes a grupos desfavorecidos e marginalizados, como é o caso das mulheres ciganas, migrantes e idosas, incluindo através de formação e de oportunidades para o empreendedorismo feminino; e (d) Tome todas as medidas necessárias para eliminar a discriminação contra as mulheres grávidas e mães recentes no emprego.

43.-O Comité recomenda que o Estado Parte redobre os seus esforços, inclusive no contexto da Estratégia Nacional para a Inclusão das Comunidades Ciganas para 2013-2020, para garantir habitação adequada e serviços básicos para as mulheres ciganas, incluindo acesso à educação, saúde e emprego. O Comité recomenda igualmente que o Estado Parte tome medidas para prevenir o abandono escolar das raparigas ciganas através da sensibilização das famílias e das comunidades sobre os efeitos nefastos do casamento precoce na saúde e desenvolvimento das raparigas.⁴

Conforme art. 8º da Constituição da República Portuguesa, as normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna, assim, a CEDAW e suas recomendações vinculam legalmente o Estado Português e, conforme art. 9º da Constituição, promover a igualdade entre mulheres e homens é uma das tarefas fundamentais do Estado (al. h). A CEDAW reconhece que a igualdade de iure não é suficiente, é necessário tomar medidas corretivas para promover uma igualdade de facto, a igualdade substantiva, onde as mulheres não só têm oportunidades iguais, mas também acedem a estas oportunidades e têm resultados e benefícios das políticas públicas em pé de igualdade. Para atingir estes resultados, a CEDAW no seu artigo 4º prevê o princípio da ação positiva, isto é, a adoção de medidas temporárias por parte

⁴ <http://plataformamulheres.org.pt/wp-content/ficheiros/2015/11/RecomendacoesCEDAW-PT-TraducaoPpDM30Nov2015.pdf>

dos Estados no sentido de corrigir uma situação de desigualdade que devem permanecer ativas enquanto a situação de desigualdade existe.

Neste sentido, é fundamental garantir medidas de ação positiva direcionadas para a promoção de acesso à educação, emprego e toda a esfera pública por parte das mulheres ciganas, mais especificamente das jovens. É importante ter em conta todos os elementos que resultam numa situação onde estas mulheres não têm oportunidades iguais ou não acedem de facto às oportunidades existentes ou que os resultados e benefícios que têm das oportunidades acedidas, não são iguais às e aos restantes membros da sociedade.

As jovens mulheres ciganas no Seixal, tal como as suas pares nos outros territórios em Portugal, enfrentam vários desafios em termos de emprego e de acesso à esfera pública em geral. As feiras que têm vindo a proporcionar o sustento de muitas famílias ciganas e que ocupavam tanto as mulheres, como os homens, estão em declínio, o padrão tradicional de família, com o homem ativo, trabalhar e ganhar dinheiro na esfera pública e a mulher ativa, a desenvolver trabalho não pago na esfera privada, torna-se pouco sustentável porque, para a maioria das pessoas, o máximo que proporciona em termos materiais é cobertura das necessidades básicas, com condições precárias.

O desemprego jovem em Portugal é estrutural e demonstra níveis muito altos (24,2% em 2017, segundo os dados da INE) quando comparado com os restantes países da União Europeia. Conjugando este fator com a discriminação que existe no mercado de trabalho contra as comunidades ciganas, uma pessoa jovem de etnia cigana tem múltiplas entraves extrínsecas da sua autonomia e independência financeira.

Relativamente aos fatores intrínsecos, as jovens mulheres ciganas contam com uma escolaridade baixa, segundo os dados da FRA; 10% das jovens mulheres ciganas nunca frequentou a escola e 78% abandonou antes dos 16 anos de idade.⁵ As jovens participantes dos projetos aqui analisados têm o quarto ou sexto ou, em alguns casos raros, o nono ano de escolaridade. À falta de formação acresce uma falta de experiência e empoderamento para atividades na esfera pública e um controle transversal por parte da família e da comunidade, no sentido de preservar o “moral” da jovem e o status quo da comunidade.

⁵ Education: the situation of Roma in 11 EU Member States, FRA

Entretanto, a informação circula de forma diferente no século XXI. As jovens mulheres ciganas estão ligadas às redes sociais – que quase todas acedem, apesar de muitas proibições – conectam entre si e reforçam umas às outras criando, assim, uma massa crítica de agentes de mudança. A popularização do movimento feminista na segunda década do século XXI fomenta a reflexão sobre (des)igualdade de gênero em todas as esferas e grupos da nossa sociedade e tem um impacto especialmente forte na juventude, nomeadamente as jovens mulheres. Este fenómeno, direta ou indiretamente, influencia a forma de pensar da geração do milénio e as que vêm a seguir.

Existe, neste momento, um contexto favorável para o trabalho que visa o empoderamento de jovens mulheres. Em termos intrínsecos, as jovens sentem a necessidade de ganhar dinheiro, contribuir para o orçamento familiar, bem como da realização pessoal em outras esferas da vida para além da familiar. Em termos extrínsecos, como no seio da comunidade existe uma necessidade económica, no sentido de procurar melhores condições materiais, as jovens mulheres contam com uma maior liberdade de procurar soluções tendo em vista a sua empregabilidade. Ao nível das políticas públicas, existe um maior enfoque na questão da igualdade de gênero que faz parte da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas como eixo transversal e, também, tem contado com uma atenção acrescida por parte do Governo.

Abordagem intercultural e feminista: empoderamento

Os projetos da REDE e da AMUCIP assentam em dois princípios que definem as suas atividades, a interculturalidade e o feminismo. A interculturalidade é uma estratégia importante para um “vivre ensemble” dinâmico, flexível e pacífico porque fornece uma alternativa à simples multiculturalidade, onde as culturas e comunidades coexistem sem partilha significativa, com uma abordagem participativa de diálogo e intercâmbio, fundamental para a sustentabilidade da democracia.⁶

A perspetiva feminista assegura que ao longo do projeto estejam sempre colocadas “as lentes de género”, ou seja, todas as componentes do projeto sejam adaptadas para as necessidades específicas das mulheres, tendo sempre

⁶ EmPoderar: Jovens Mulheres Ciganas em Ação

em conta a efetivação dos seus Direitos Humanos. O objetivo primordial destes projetos é criar, ao longo prazo, as condições internas e externas para a fortalecer a autonomia e independência econômica das participantes. Sem autonomia não existem as condições para a independência econômica sustentável, assim, o empoderamento para uma participação efetiva na esfera pública, a afirmação dos direitos humanos e da cidadania, é uma condição *sine qua non* de qualquer medida que vise a empregabilidade das mulheres ciganas. É, também, fundamental trabalhar a identidade cultural para separar o que é cultura e tradição cigana e o que é cultura e tradição patriarcal transversal a todas as sociedades, no sentido de combater a ideia que a perpetuação da cultura patriarcal é a chave da sustentabilidade da cultura cigana. Assim, a importância de um enfoque específico na descoberta da riqueza da cultura cigana e a valorização da mesma pela própria comunidade e pela sociedade majoritária é fundamental tanto para a promoção da interculturalidade, como para a promoção da Igualdade de Gênero.

Para o pensamento feminista, não existe um padrão único para o empoderamento e desenvolvimento pessoal. Baseado no axioma que cada pessoa é a perita da sua própria situação e possibilidades, para uma educação e capacitação com base em Direitos Humanos, os instrumentos devem ter a flexibilidade de adaptação para cada indivíduo e seu contexto, só assim pode-se criar as condições para o empoderamento e aprendizagem.⁷ A nossa metodologia assenta na premissa que o empoderamento é condição *sine qua non* da capacitação e da formação.⁸ É necessário desenvolver um trabalho preparativo com as jovens mulheres para que sejam capazes de agir sobre as suas próprias vidas, e mobilizar os recursos internos e externos para atingir os resultados que desejam em qualquer esfera da sua vida de forma a *“promover o desenvolvimento das capacidades e das competências das mulheres para que possam, de forma individual e coletiva, identificar as suas necessidades, estabelecer as suas prioridades, definir as suas ações, contribuindo para que, de uma forma mais ou menos implícita, controlem as suas vidas e transformem as relações sociais de género. Necessariamente, todo o empoderamento passa por uma fase inicial de consciencialização das diferenças entre mulheres e homens bem como pela desmistificação de que essas*

⁷ EmPoderar: Jovens Mulheres Ciganas em Ação

⁸ EmPoderar: Jovens Mulheres Ciganas em Ação

diferenças são naturais (quando resultam, essencialmente, do que a sociedade e as culturas esperam das mulheres e dos homens – características de género)".⁹

Mediação

A mediação intercultural, metodologia reconhecida e recomendada pelo Conselho da Europa, no nosso trabalho é responsabilidade da AMUCIP, associação de autorepresentantes peritas desta área. Os projetos da REDE e da AMUCIP conseguiram atingir este nível de confiança e interesse por parte do público porque a comunicação sempre foi clara, assertiva e baseada na figura da Mediadora. A mediação intercultural é uma ferramenta fundamental para, numa fase de preparação, estabelecer uma estrutura adaptada às necessidades do público alvo e, ao longo do projeto, assegurar uma comunicação clara e uma gestão de expectativas e conflitos assertiva.

Existem três tipos de ameaça muito recorrentes nos projetos de capacitação e empoderamento de jovens mulheres ciganas, um medo da perda de identidade, a ameaça de interiorização de estereótipos e os choques culturais. A maneira mais adequada para evitar os riscos e resolver os conflitos que advêm destas ameaças é através da figura da mediadora e de mentoras ciganas.¹⁰

Existe um receio e uma resistência nas comunidades ciganas contra a alteração do projeto de vida tradicional das jovens mulheres ciganas. A comunidade entende, na generalidade, que o papel tradicional do género feminino é um elemento fulcral da identidade e a chave da coesão cultural. Para dissolver o medo de perda de identidade, a figura da mediadora e/ou mentora, uma mulher cigana mais velha, com experiência no mercado de trabalho, é fundamental porque constitui um exemplo de como diz Olga Mariano, fundadora da AMUCIP: "Posso ser quem eu quiser, sem deixar de ser quem sou".

Uma outra ameaça recai sobre o processo de aprendizagem e construção de projeto de vida. É importante ter consciência que a interiorização dos estereótipos negativos relativos às comunidades ciganas na generalidade e às mulheres ciganas na especificidade, é muito frequente e pode levar as jovens a desistir a priori de

⁹ in Argumentário a favor da Igualdade de Género -perceber e saber do que falamos

¹⁰ EmPoderar: Jovens Mulheres Ciganas em Ação

certas opções ou aspirações. A mediação contribui para evitar este risco e quebrar as resistências e facilita um processo de empoderamento eficaz.

O risco mais recorrente em qualquer projeto que conta com pessoas oriundas de culturas diferentes é o do choque cultural. A comunicação tem uma forte componente cultural e, apesar de toda as pessoas falarem a mesma língua, existem significados culturalmente construídos que constituem armadilhas em termos de comunicação intercultural. A mediadora cria uma ponte, uma linguagem comum entre as partes que é entendida da mesma maneira por todas e que constitui a base para a criação de um espaço seguro para potenciar a colaboração e a aprendizagem.

Educação não-formal, educação popular e contexto adaptado

As metodologias ativas de reflexão e aprendizagem, nomeadamente a educação não-formal e a educação popular visam não só a aprendizagem, mas, também, o empoderamento das jovens mulheres participantes. Visa em paralelo o desenvolvimento de três grandes componentes: as atitudes, o conhecimento e as competências, trabalhadas de forma integrada e interdependente.

A REDE e a AMUCIP trabalham com grupos exclusivamente de jovens mulheres para fomentar a reflexão e expressão livre das participantes. Num sistema patriarcal, os pontos de vista e opiniões das mulheres são frequentemente marginalizados e, tanto de forma consciente, como subconsciente, os homens tomam a palavra e a liderança. A este fator género acresce o fator da idade, uma outra base de hierarquia forte na sociedade. Entre pares, as jovens mulheres têm um espaço sem hierarquias fortes predefinidas, onde a palavra de cada uma vale como igual. Nestes grupos de só mulheres, de forma consciente trabalha-se o sentimento de *sisterhood*, no sentido de obter uma libertação e reforço baseado no apoio mútuo e empatia, como base do empoderamento.

Os conteúdos e as metodologias são adaptados às participantes. De forma generalizada, os objetivos de cada projeto são elaborados indo ao encontro das necessidades reais do público alvo e, com uma avaliação contínua e personalizada, adaptam-se os conteúdos ao grupo em concreto. Desta forma, pretende-se a construção do autoconhecimento e da autoestima não deixando a parte a valorização do coletivo. Através de debate crítico sobre o contexto social e sobre

as realidades vividas pelas jovens, identificam-se os desafios e as possíveis respostas ao nível individual e coletivo. As jovens identificam como entraves ou desafios principais a queda nas vendas nas feiras, a baixa escolaridade, a falta de oportunidades de trabalho e a conseqüente dependência do RSI, bem como os fatores culturais que as separam da esfera pública. Esta análise vai ao encontro dos resultados dos estudos na matéria.

As mulheres ciganas só querem estar em casa?

O recrutamento para os projetos da REDE e da AMUCIP tem decorrido com relativa facilidade, devido ao conjunto de fatores acima referidos, ligados à comunicação intercultural e a adaptabilidade do enquadramento. As jovens mulheres ciganas participantes querem trabalhar, tornar-se autónomas e são conscientes que necessitam de mais escolaridade e mais formação para aumentar as suas oportunidades no mercado de trabalho. Ao contrário dos resultados do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas e a crença popular, têm motivação intrínseca de integrar processos formativos ao longo prazo, mesmo sem ganho imediato, com perspetiva de oportunidades futuras.

Os projetos em questão não contam com nenhuma bolsa ou outros apoios monetários, a assiduidade é obrigatória e, no período em que as jovens frequentam o programa, o IEFP não as chama para formação, ou seja, existe um reconhecimento tácito por parte do sistema formal dos programas de capacitação. As formações do IEFP providenciam bolsa de formação/deslocação/alimentação, ou seja, existe um ganho monetário imediato, mas estas jovens têm preferência pelos programas formativos da REDE e da AMUCIP. Relatam que gostam de ir ao espaço, sentem-se bem; sentem-se acompanhadas; sentem-se estimuladas; sentem que as necessidades delas são tidas em conta; sentem que de facto estão a aprender e que o desenvolvimento é mensurável de forma prática. As jovens valorizam o tempo que passam no projeto e no espaço onde são elas as protagonistas e onde a participação delas é tão diferente dos espaços da esfera familiar ou da igreja a que estão habituadas. Aderem e promovem reflexão crítica e planeiam, em conjunto, formas de melhorar a sua situação.

Conclusão

O primeiro projeto da REDE e da AMUCIP em parceria iniciou-se no ano de 2015 e, desde então, o trabalho desenvolvido tem sido constante, com cada vez mais jovens mulheres envolvidas e os resultados são vários. No passado dia 22 de janeiro foi lançado o Centro Romi, uma iniciativa de empreendedorismo social, um centro comunitário promovido por um grupo de 8 jovens mulheres ciganas e direcionado para mulheres e crianças ciganas tendo como objetivo o desenvolvimento da sua comunidade. No ano de 2018, 22 jovens mulheres de 18 a 35 anos com escolaridade entre a quarta classe e nono ano vão começar o seu caminho para aumentar a sua escolaridade no Centro Qualifica com o acompanhamento da REDE e da AMUCIP. Mas, sobretudo, cada vez mais as jovens têm desenvolvido uma reflexão crítica sobre a sua situação, a sua comunidade e a sociedade em geral e contam com uma participação cívica cada vez mais acentuada.

Consideramos que a ação positiva na área da aprendizagem ao longo da vida, com uma perspetiva feminista interseccional e de interculturalidade com metodologias de educação não formal, educação popular e mediação é altamente eficaz no que diz respeito ao empoderamento das jovens mulheres ciganas, condição sine qua non da sua integração no mercado de trabalho ou nas oportunidades existentes de educação, aprendizagem ao longo da vida ou de formação profissional. É necessário desconstruir tanto as barreiras intrínsecas, como extrínsecas que separam as jovens mulheres ciganas do acesso pleno à esfera pública, nomeadamente ao espaço público físico, os espaços de ensino e educação, os espaços de trabalho e, também, à esfera da participação cidadã e política.

Referências bibliográficas:

- Argumentário a favor da Igualdade de Género -perceber e saber do que falamos, RPJOMH, 2006, disponível em: <https://www.flipsnack.com/F85B8EB8B7A/argumentario-a-favor-da-igualdade-de-genero.html>
- Education: the situation of Roma in 11 EU Member States, FRA, 2012, disponível em: <http://fra.europa.eu/en/publication/2012/situation-roma-11-eu-member-states-survey-results-glance>
- EmPoderar: Jovens Mulheres Ciganas em Ação, RPMJOMH, 2016, disponível em: <http://redejovensigualdade.org.pt/blog/publicacoes/publicacao-final-do-projeto-empoderar-do-sonho-a-acao/>

Manuela Mendes, Olga Magano, Pedro Candeias: Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas, ACM, I.P., 2014, disponível em http://www.poaatfse.qren.pt/upload/docs/Documentos/estudo_ennic.pdf

Nora Kiss: Juventude e Igualdade: Comunidades Ciganas, Centro de Juventude de Lisboa do IPDJ, Lisboa, 2017

Recomendações Finais relativas ao 8º e 9º relatórios de Portugal do Comité para a Eliminação de Discriminação Contra as Mulheres, disponível em: <http://plataformamulheres.org.pt/wp-content/ficheiros/2015/11/RecomendacoesCEDAW-PT-TraducaoPpDM30Nov2015.pdf>

What do we mean by Youth? UNESCO, Organização das Nações Unidas, disponível em <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/youth/youth-definition>

Ativismo no feminino: o direito à diferença numa luta pela igualdade

Vanessa Matos*

“Para mim ser mulher cigana no séc. XXI juntamente com as minhas amigas ciganas que também são ativistas é um desafio porque somos pioneiras neste país. Abrir caminho e horizontes para que quando eu for mãe este percurso seja normal para as mulheres. Começamos a ver mais mulheres no ativismo e como se diz “A união faz a força”!

1. Quem sou eu? Uma interrogação difícil, bastante complexa de responder

Eu sou a Vanessa Matos uma cidadã Portuguesa da cultura cigana. Tenho 23 anos, sou ativista, estudo e tenho futuro! Cresci e vivo em Braga, mais propriamente no Bairro Social de Santa Tecla.

Atualmente trabalho no projeto Geração Tecla.E6G (GT.E6G) promovido pela Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga (CVP de Braga) e financiado pelo Programa Escolhas (PE) e estudo na Universidade do Minho (UM).

Nasci por um “acaso”, o meu irmão tinha 1 mês quando a minha mãe engravidou novamente. Antes de eu nascer já existiam dois irmãos mais velhos: uma menina com 36 meses e um menino com 10 meses. A minha mãe tinha de cuidar de três bebés. Mas dentro do nosso seio familiar existe um apoio muito grande. A minha avó materna ajudou a minha mãe a criar-me. Quando eu saí do hospital fui direta para a casa da minha avó, sem nunca perder contacto com os meus pais e irmãos. Ainda muito pequena tive um problema de saúde, nada de muito grave, mas algo que retirou aos meus avós muitas horas de sono.

Até aos 10 anos tive muitas convulsões febris e o hospital era a minha segunda casa. Por este motivo sempre tive dificuldades na escola. Faltava muito... Mas tive professores espetaculares que mudaram a minha vida por completo. Um professor é fundamental no desenvolvimento de uma criança. Tive professores que, quando eu estava doente e faltava a semana toda, vinham a minha casa e traziam trabalhos para eu fazer, não deixando assim de aprender a matéria lecionada nesses dias. A escola foi algo de que sempre gostei muito.

* Ativista

Para as mulheres ciganas, tal como para as mulheres da sociedade maioritária até há 50 anos atrás, era normal só frequentarem a escola até à 4ª classe. Mas tive um avô e um pai que sempre me apoiaram na escola e que me permitiram prosseguir os estudos e assim fiz o 6º do ensino regular. Porém a minha avó não ficou muito contente com a ideia. Sendo uma “mulher mais tradicional, com uma mentalidade mais fechada”, não lhe agradou a ideia de eu continuar para o segundo ciclo do ensino básico. Ela considerava que não era para mim, e tinha receio que me apaixonasse por alguém não cigano, pelo que tentou sempre arranjar formas de me tirar da escola.

Quando a minha irmã mais velha casou em 2007, tudo se alterou. Com esta situação a minha avó conseguiu convencer o meu avô e o meu pai a tirarem-me da escola, uma vez que isso significava que eu seria a próxima a casar e deveria ficar em casa a ser educada para tal. Fiquei dois anos sem estudar, mas com muita coisa para fazer em casa: limpar, cozinhar, cuidar dos meus primos e levá-los à escola, enquanto os pais iam trabalhar para as feiras.

Isso durou até que o Agrupamento de Escolas de Lamações, que atualmente é o Agrupamento de escolas Dona Maria II, procurou (re)integrar os jovens ciganos que, tal como eu, tinham abandonado a escola. Eramos cerca de 20 a 30 jovens. A escola criou uma turma PIEF, perto do Bairro, só com crianças ciganas, já que os nossos familiares tinham receio que os filhos, sobretudo as meninas, frequentassem o 2º ciclo. A escola propôs isso para que conseguíssemos progredir nos estudos salvaguardando as meninas dos receios dos pais. Por outro lado, havia uma quarta parte: desvalorização escolar, fruto da discriminação do racismo associado à comunidade cigana. Ninguém nos daria trabalho e, por conseguinte, não era necessário “massacrar” os filhos com os estudos, uma vez que entendiam que o futuro deles seria na feira. Mas como o PIEF era perto de casa e era só com jovens da comunidade, sentiram mais segurança e aceitaram esse desafio.

Na altura foram criadas duas turmas, uma delas a 3 meses do fim desistiu, a outra da qual eu fazia parte, completou o 9º ano em três anos. No 1º ano letivo, em 2009 concluímos o segundo ciclo num só ano. No início foi difícil a adaptação entre todos os alunos e professores. Como referi, os professores são fundamentais na vida das crianças. Com o tempo, apesar de alguns dos alunos terem desistido, as coisas começaram a melhorar. No ano letivo seguinte concluímos mais dois anos (7º e 8º) e no terceiro e último ano, em 2012, concluímos o 9º ano. Eu

queria continuar a estudar e concluir o 12º ano na área da cozinha e pastelaria, mas como na altura não havia nada nesta área, voltei para casa. Confesso que foram dos piores tempos que passei, continuando a fazer o que fazia antes, mas sem a componente escolar. Foram 3 anos de muita aprendizagem e de novas descobertas.

No PIEF conheci o projeto Geração Tecla que para além de nos cederem a sala CID para as nossas aulas de TIC propuseram-nos algumas saídas que irei levar na memória para sempre.

Comecei por frequentar o espaço como participante e um ano depois o David Rodrigues, na altura coordenador do Geração Tecla.E4G, insistiu para que eu fizesse voluntariado na Juventude da CVP, situação que eu recusei imensas vezes alegando que nem tempo tinha para limpar a minha casa, menos ainda para fazer voluntariado. Mas sempre conheci o David como uma pessoa que não desiste.... Insiste, persiste e consegue. Desta vez não foi exceção, ele venceu! Comecei por fazer voluntariado em atividades pontuais do Projeto e cresceu em mim um amor ao voluntariado à organização e aos princípios da mesma.

2. A Cruz Vermelha Portuguesa e o Programa Escolhas

A (CVP) foi fundada por José António Marques, iniciou a sua atividade a 11 de Fevereiro de 1865 sob a designação de “Comissão Provisória para Socorros e Feridos e Doentes em Tempo de Guerra”. Ao longo dos tempos, a Cruz Vermelha Portuguesa, por si só ou no quadro do seu Movimento Internacional, tem vindo a atuar em cenários emergentes de conflitos armados e/ou de desastres e catástrofes naturais, tanto em território nacional, como internacional.

Diariamente, esta Instituição procura prestar assistência humanitária e social em especial aos grupos mais vulneráveis – idosos, dependentes, crianças, vítimas de violência doméstica, pobres, imigrantes, Sem Abrigo, toxicodependentes, reclusos, pessoas com deficiência, entre outros. Em simultâneo, a (CVP) desenvolve a sua atividade através da prestação de serviços e do desenvolvimento de áreas como Saúde; prevenção e preparação para a Emergência; Formação e Empreendedorismo; Ensino Profissional; Ensino Superior da Saúde; Ensino de Socorrismo; Educação para a Saúde; Cooperação Internacional e difusão do Direito Internacional Humanitário. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do

Crescente Vermelho engloba o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, bem como as Sociedades Nacionais em 190 Países, no respeito pelo Direito Internacional Humanitário e de acordo com os sete Princípios Fundamentais, proclamados na XX Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, em Viena no ano 1965, uniram órgãos do Movimento Internacional. Sendo eles:

- **Humanidade.** A Cruz Vermelha nasce da preocupação de prestar auxílio a todos os feridos, dentro e fora dos campos de batalha; de prevenir e aliviar o sofrimento humano, em todas as circunstâncias; de proteger a vida e a saúde; de promover o respeito pela pessoa humana; de favorecer a compreensão, a cooperação e a paz duradoura entre os povos.
- **Imparcialidade.** A Cruz Vermelha não distingue nacionalidades, raças, condições sociais, credos religiosos ou políticos, empenhando-se exclusivamente em socorrer todos os indivíduos na medida dos seus sofrimentos e da urgência das suas necessidades, sem qualquer espécie de discriminação.
- **Neutralidade.** A Cruz Vermelha, a fim de conservar a confiança de todos, abstém-se de tomar parte em hostilidades ou em controvérsias de ordem política, racial, filosófica ou religiosa.
- **Independência.** A Cruz Vermelha é independente e, no exercício das suas atividades como auxiliar dos poderes políticos, conserva autonomia que lhe permite agir sempre segundo os Princípios do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.
- **Voluntariado.** A Cruz Vermelha é uma instituição de socorro voluntária e desinteressada.
- **Unidade.** A Cruz Vermelha é uma só. Em cada país só pode existir uma Sociedade, que está aberta a todos e estende a sua ação humanitária a todo o território nacional.
- **Universalidade.** A Cruz Vermelha é uma instituição universal, no seio da qual todas as Sociedades Nacionais têm direitos iguais e o dever de entreatajuda. Estes garantem a coesão do Movimento e o seu trabalho humanitário.

Por sua vez a Delegação de Braga da Cruz Vermelha foi fundada a 30 de outubro 1870 (145 anos), atualmente tem 130 funcionários, mais de 250 voluntários no ativo, além deste, tem mais de 1000 voluntários em ações pontuais. Abarca

mais de 480 beneficiários e possui três áreas de intervenção: área da saúde; da emergência e do social.

Quadro 1. Áreas de Intervenção

Área da Saúde	Área da Emergência	Área Social
<ul style="list-style-type: none">- Clínica Hemodiálise;- 2 Postos de Enfermagem;- Cinesioterapia.	<ul style="list-style-type: none">- Equipa de Emergência;- Escola de Socorrismo.	<ul style="list-style-type: none">- Creche;- Equipa de Atendimento;- Descentralizado (RSI)- Atendimento Específico à População Cigana;- Centro Acolhimento Temporário;- Equipa de Rua "Aproximar";- Equipa de Intervenção Social Direta;- Serviço de Apoio Domiciliário;- Loja Ponto Vermelho;- Centro Comunitário;- Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante;- Empresas de Inserção;- Juventude.

Enquadrado no eixo de intervenção ao nível da juventude, a Cruz vermelha dispõe de projetos direcionados para a um maior envolvimento, participação e inclusão dos jovens dos quais destacamos a Juventude Cruz Vermelha e o projeto:

a) Juventude Cruz Vermelha

A Juventude Cruz Vermelha da Delegação de Braga abrange quatro áreas de intervenção: a) promoção e Educação para a Saúde; b) Intervenção para a Inclusão Social e Igualdade de Género; c) Educação para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional; e) Empreendedorismo Social. Para cada uma das áreas de intervenção existem projetos com objetivos específicos:

- **+Atitude** – projeto de intervenção da toxicodependência que prevê a minimização de fatores de risco e aumento de fatores protetores relativos ao consumo de drogas. Intervém junto de crianças e jovens das Escolas Básicas 2º e 3º ciclo.
- **"Copos... quem decide és tu!"** – projeto de prevenção do consumo do álcool que prevê sensibilizar os jovens para as problemáticas associadas ao consumo de bebidas alcoólicas e aumentar o conhecimento sobre a substância. Intervém junto de jovens do 3º ciclo e ensino secundário.

- **Projetos de verão** – projeto de prevenção dos perigos associados à exposição solar que prevê a sensibilização das crianças para a adoção de comportamento saudáveis, através de jogos lúdicos-pedagógicos. Intervém junto de crianças em idade pré-escolar.
- **+Saúde-Riscos** – prevê minimizar os riscos associados ao consumo de substâncias psicoativas através da passagem de informação e do apoio em situações de crise. É composto por três ações: testes de alcoolemia, rondas de informação e espaço de intervenção em crise. Intervém junto de jovens que frequentem contextos noturnos recreativos.
- **A brincar e a jogar descobre como te alimentar** – projeto de sensibilização para a adoção de hábitos alimentares saudáveis, através da dinamização do jogo Alimentação Saudável. São trabalhados os conhecimentos e as escolhas do dia-a-dia. Intervém, junto de crianças das Escolas do 1º e 2º ciclo.
- **Colorir o sábado** – Ação do Geração Tecla.E6G. Prevê a realização de atividades lúdico-pedagógicas cm crianças do Bairro com idades entre os 6 e os 12 anos de idades.
- **JCV in Action** – Facilita o desenvolvimento de programas de intercambio de jovens, formações internacionais e Serviço de Voluntariado Europeu. Intervém junto de jovens nacionais e europeus, entre os 18 e os 30 anos.
- **Serviço Voluntariado Europeu** – Surge no âmbito do programa Juventude em Ação. Facilita a troca de experiencias entre diferentes culturas, desenvolve a cidadania europeia e promove competências profissionais e de vida. Prevê o envio e a reação de jovens entre os 18 e os 30 anos para outros países.
- **Ponto Vermelho** – Espaço de empreendedorismo social inovador que faz a parte entre a venda de variados artigos (roupas, calçado, brinquedos) a preços simbólicos e a doação a famílias e indivíduos carenciados.

b) Geração Tecla – Programa Escolhas financiado pelo ACM (Alto Comissariado para as Migrações)

E6G. O Projeto Geração Tecla é direcionado às crianças e jovens residentes no Bairro Social de Santa Tecla. Tem como principal objetivo aumentar a qualificação escolar e profissional, bem como as capacidades e competências pessoais, sociais e de

cidadania, das crianças e jovens residentes no Bairro Social de Santa Tecla, com vista a uma efetiva inclusão social e profissional e à igualdade de oportunidades.

O Bairro Social de Santa Tecla é constituído por 485 habitantes, sendo que 332 dos habitantes são de etnia cigana. A população é bastante jovem, uma vez que 249 habitantes têm menos de 30 anos, e destes, 155 são menores de idade. A população mais jovem possui um baixo índice escolar, no entanto, verifica-se uma evolução quando estes índices são comparados com a população mais velha (mais de 30 anos), que apresentam habilitações baixas ou nulas.

No que diz respeito à escola, esta população/geração já a valoriza um pouco mais, contudo, ainda não foi interiorizado o hábito de frequentarem a escola, notando-se que há pouca informação ao nível da importância dos hábitos de higiene, alimentação e sono, o que é essencial para o desenvolvimento de uma criança, pois se estes aspetos falharem, reflete-se no sucesso/insucesso escolar das crianças.

Foi neste contexto, que fui convidada para exercer a função de Dinamizadora Comunitária (DC) na 5ª Geração do Projeto GT, em 2013. Função esta que agarrei com empenho e espírito de missão. Tenho de agradecer à minha família por me ter dado “asas” para voar e à CVP de Braga por acreditarem em mim e me ajudarem a crescer nesta “montanha russa”. Uma das primeiras atividades que dinamizei foi o *Despertador ao Domicílio* que consistia em acordar as crianças para irem à escola demonstrar às famílias que se apostassem na escolaridade dos filhos, estes poderiam no futuro trabalhar em outros locais que não a feira. De segunda a sexta-feira das 8h às 9h começava o dia a acordar 57 crianças, com idades entre os 6 e os 10 anos que frequentavam 3 escolas primárias diferentes. No início era muito gratificante, apesar de ser muito cansativo, mas eu acreditava nesta atividade e sempre defendi a importância da escolarização nos projetos de vida das crianças e jovens que acompanhávamos.

No final da 5ª Geração do projeto Geração Tecla, terminamos esta atividade. Nesta fase, estávamos a acordar 11 crianças, porque as restantes 46 já não precisavam deste apoio “matinal para ir à escola” e estavam sensibilizadas para a frequência escolar. O trabalho da área social é mesmo assim, quando começa a dar frutos já não se justifica semear, mas sim continuar a cuidar. Esta atividade, em 2014, ganhou um certificado do ES+ (Iniciativa de Elevado Potencial

de Empreendedorismo Social) no âmbito do projeto MIES (Mapa de Inovação e Empreendedorismos Social).

Uma outra atividade da qual era responsável era a *Animação de Recreios (AR)*, que continua a ser realizada junto de 3 escolas primárias, com crianças entre os 6 e os 11 anos de idade, onde estão integradas a quase totalidade das crianças da comunidade acompanhadas pelo projeto. Esta atividade, que consiste em ajudar as crianças a estabelecer relações e a desenvolver brincadeiras positivas durante os intervalos, contempla toda a comunidade escolar, numa lógica de inclusão.

Para além destas atividades, promovia diariamente a ponte entre as escolas, o projeto e a comunidade, no sentido de melhorar a comunicação entre todos.

Para além das atividades diárias do projeto, um dos objetivos definidos pelo PE era que os Dinamizadores Comunitários (DC's) aumentassem os seus níveis de escolaridade e eu não fui exceção. Em outubro de 2013 integrei um curso de formação profissional como Técnica Auxiliar de Saúde (TAS) com equivalência escolar ao nível do 12º ano. Queria muito continuar os estudos na área da cozinha e pastelaria, mas um dia, em conversa com o meu avô falei-lhe do curso TAS que inicialmente me fazia confusão e ele conseguiu mudar o meu pensamento, convencendo-me que poderia ser uma boa área. Decidi fazer e terminei o curso a adorar a área da saúde. Ao longo dos 3 anos de formação tive a oportunidade de fazer estágio num serviço de apoio domiciliário (SAD) o que implicou trabalhar junto de um público mais idoso, mas não consegui levar até ao fim o estágio, por mexer muito comigo emocionalmente e ser difícil separar a situação profissional e a pessoal. No segundo e último ano de estágio tive a oportunidade de estagiar num Centro de Acolhimento Temporário (CAT) com uma população mais vulnerável: maioritariamente toxicodependentes e pessoas em situação de sem abrigo. Foi uma das experiências que ficou “gravada” na minha memória. Não foi fácil, mas foi muito gratificante.

Com o objetivo de ajudar os Dinamizadores Comunitários a desenvolver a área da escrita, o PE tinha uma plataforma onde desenvolvíamos um portefólio semanal. Foi muito engraçado ver as minhas primeiras publicações e as publicações finais, eram muito diferentes, que evolução. Neste sentido tenho muito a agradecer ao PE, e mais propriamente à “tia” Júlia Santos, antiga coordenadora dos DC's que tanto insistia e me “dava na cabeça”.

O PE também me deu a oportunidade de conhecer imensas pessoas, nomeadamente, DC's de outras cidades e de outras comunidades ciganas. Fiz amigos para a vida. Tive o prazer de conhecer pessoas como o Benjamim Barão e a Guiomar Sousa que são grandes lutadores da causa para desmistificar os preconceitos e prosseguir nos estudos sem deixarmos de ser quem somos.

Para além de tudo isto o projeto GT foi uma plataforma para outros conhecimentos. Aprofundi os meus conhecimentos na área do ativismo, que me permitiu conhecer pessoas como o Bruno Gonçalves e a tia Olga Mariano, que são duas grandes referências para mim e são pessoas empenhadas nesta área. Consigo ver em mim uma evolução nestes últimos cinco. E foi esta pequena evolução que me faz acreditar e lutar pela causa cada dia mais.

Todo este percurso proporcionou a minha participação em momentos importantes do desenvolvimento e evolução da mulher cigana. Fui convidada para participar no **primeiro encontro de mulheres ciganas portuguesas** dinamizado pela Associação Letras Nómadas em novembro de 2013, e em abril de 2014 fui convidada pela mesma associação para o **primeiro encontro de jovens estudantes e suas famílias**. Estas duas iniciativas representaram um arranque no empoderamento e reconhecimento das mulheres ciganas.

No início abril de 2014, fui convidada pela antiga Alta Comissaria para a Imigração e do Dialogo Intercultural (ACIDI) Dra. Rosário Farmhouse para a acompanhar a uma ida a Bruxelas ao Parlamento Europeu onde tive a oportunidade de participar num seminário cujo tema era: "European Roma Summit – EU Roma Policy goes". Esta viagem levou-me a conhecer um pouco mais a parte política.

Projeto Opre Chavale

Opré Chavalé – significa "ergam-se jovens Ciganos!" É a palavra de ordem! A instrução é a ferramenta imprescindível para tornar possível a capacitação dos ciganos para desse modo permitir que estes tracem também políticas de integração das comunidades ciganas na sociedade! Numa primeira fase integraram a universidade 8 jovens.

Este projeto foi promovido pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PPDM), em parceria com o Letras Nomadas (LN) e cofinanciado pelo Programa Cidadania Ativa – EEA Grants, gerido pela Função Calouste Gulbenkian.

Foi um projeto totalmente inovador, com base em práticas de ação positiva que visa a integração das comunidades ciganas no ensino superior.

Objetivo Geral

Foi e continua a ser quebrar as barreiras que separam as comunidades ciganas do sistema de educação formal. Nomeadamente no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, cursos profissionais e técnicos.

As entidades que promoveram o projeto, têm uma vasta experiência no trabalho junto das comunidades ciganas, consciência sobre as necessidades específicas da população, tanto maioritária bem como a minoritária nesta área.

Atualmente é um programa do governo

Programa OPRE -- Programa Operacional de Promoção da Educação, uma iniciativa do Programa Escolhas (PE), em parceria com a Associação Letras Nómadas e a Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens.

3. Iniciativas de ativismo para uma melhor inclusão das Comunidades Ciganas

3.1. Projeto não Engolimos Sapos – FAPE I

Este projeto foi promovido pelo SOS Racismo e financiado pelo ACM (FAPE). Teve como objetivo afastar a colocação de sapos de louça nas montras, como forma de exclusão das comunidades ciganas. Impedidamente da sua eficácia ser questionável, em particular junto dos mais jovens, esta prática constituiu uma forma de exclusão discriminatória por parte da sociedade em geral, que repudiamos. Este objetivo foi trabalhado através de uma pedagogia informal junto dos proprietários de estabelecimentos



Foto: Rui Farinha

comerciais através do envolvimento e participação de ativistas das comunidades ciganas. Assim, com o projeto pretendemos alertar a sociedade para esta situação de discriminação que ocorre um pouco por todo o país e que o combate à discriminação é uma responsabilidade de todos. Este combate envolve os partidos políticos, o cidadão comum, os agentes de intervenção social, os comerciantes entre outros.

3.2. Projeto Singular do Plural

Dando seguimento a este objetivo fiz parte da iniciativa *Singular do Plural* desenvolvida pela EAPN Portugal que visa demonstrar as várias singularidades das comunidades ciganas combatendo a ideia de que as comunidades ciganas são homogéneas, mas que na realidade as comunidades são muito heterógenas. Esta desmistificação inclui 20 cidadãos portugueses da etnia cigana com percursos profissionais e educativos muito diversos. Testemunhos que contrariam alguns estereótipos e preconceitos que existem na sociedade Portuguesa (as meninas não estudam, as mulheres que não trabalham fora do contexto doméstico, que os cidadãos da etnia cigana só estão ligados ao comércio/venda na feira entre outros). Por isso, foi com muito agrado que fiz parte desta iniciativa no sentido de apresentar o meu testemunho e deste servir como uma referência para outras meninas ciganas e para a sociedade maioritária.

Estas iniciativas de sensibilização funcionam porque tiveram em consideração o envolvimento das próprias comunidades ciganas. Esta forma de racismo subtil quase sempre é aceite e raramente questionada ou discutida pela sociedade maioritária. Considero que uma parte do trabalho está feito, mas ainda há um longo caminho a percorrer no combate à discriminação. Por isso, considero que é necessário um maior investimento na formação dos cidadãos de etnia cigana e formação sobre a cultura cigana, porque as pessoas têm ideias pré-concebidas que, na verdade, não são corretas.

“É com os mais pequenos ramos que se faz a mais bela fogueira!”

Falar do Programa ROMED não é uma tarefa fácil, pois da parte da Associação Letras Nómadas são muitas palavras de gratidão que não cabem neste texto. Talvez nos chamem exagerados, mas para quem tem quase 20 anos de ativismo e dirigismo o exagero é uma realidade. Não nos podemos esquecer que nestes quase 20 anos de caminhada social rumo á inclusão dos ciganos, muitas entidades, muitas pessoas se esforçaram nesse sentido, mas quase sempre fomos “inundados” pela tristeza e incapacidade de darmos ou obtermos respostas...

O ROMED (Roma/ciganos e mediação) é um programa do Conselho da Europa que é cofinanciado pela Comissão Europeia. Este programa chega a Portugal em 2011 , numa altura em que o ACM formava os Mediadores Municipais, contribuiu ainda assim com a formação de 19 mediadores municipais, 1 mediador da área da saúde, 3 dinamizadores culturais do Programa Escolhas , 1 mediador da Santa Casa de Misericórdia e 3 mediadores escolares.

A primeira versão ROMED 1 visava:

- melhorar a qualidade e a efectividade do trabalho dos mediadores da escola/saúde/emprego,
- assegurar a integração da abordagem baseada nos direitos no trabalho dos mediadores, promover uma verdadeira e eficaz mediação no trabalho dos mediadores,
- apoiar o trabalho dos mediadores fornecendo-lhes instrumentos de planeamento e implementação das suas actividades.

Os seus conteúdos, ferramentas de participação e clarificação das funções e competências dos mediadores foram extremamente revolucionárias e duma enorme utilidade, contrastando com as formações até então ministradas em Portugal, onde o paternalismo dos mediadores às entidades patronais imperava. O ROMED 1 formou por quase toda a Europa mais de 1000 mediadores.

Mas entretanto surgiram várias questões por parte de muitas entidades próximas do Conselho da Europa e Comissão: como estimular uma participação mais ativa das comunidades ciganas a nível local? Como as entidades locais podem envolver as comunidades ciganas a uma representação e participação mais eficaz a nível

* Vice-Presidente da Letras Nómadas AIDC.
Delegado Nacional Norte do programa ROMED.

local? Para responder a estas questões o COE e a EU elaboraram o conceito ROMED 2, processos locais destinados a aumentar a participação dos ciganos na tomada de decisões locais. Estimula a auto-organização das comunidades ciganas em grupos de ação comunitários (GACS). Através de um processo estruturado de diálogo e cooperação com as autoridades locais, os CAGs identificam as prioridades da comunidade e sugerem iniciativas para abordá-las. A equipa nacional ROMED 2 constituída por Bruno Gonçalves, Olga Mariano e Luis Romão ministram um conjunto de módulos estratégicos para trabalhar com comunidades ciganas e entidades locais tendo como pedra basilar a mediação.

Em Portugal e até 2015, o ACM foi o Ponto Focal Nacional do programa e a Letras Nómadas AIDC a Delegada Nacional do Projeto (National Project Officer).

O ROMED 2 está em dividido atualmente Norte e Sul em 8 municípios: Barcelos, Figueira da Foz e Viseu e o Sul com os municípios de Elvas, Seixal, Moura e Beja.

Os resultados e avaliação é positiva, pela primeira vez sentaram-se ciganos e ciganas numa mesa com presidentes de câmara, vereadores num processo de diálogo e construção. "As costas voltadas" virou empatia, jovens e mulheres ciganas tomam a dianteira e são protagonistas da mudança, propõem, sugerem e sonham melhorar a sua condição de cidadão e dos seus concidadãos. Por parte das autoridades locais, quebra-se o medo, a desconfiança e juntos podem tentar solucionar problemas, sonhar em melhorar percursos de vida, conseqüentemente dar mais qualidade de vida à cidade.

De todo o processo salientamos a oportunidade de trabalho/ emprego CEI+ criados em alguns municípios para homens e mulheres, a participação e interação entre ciganos e sociedade maioritária através de eventos culturais, uma maior participação política, uma eleição política autárquica de um membro dum GAC, empoderamento das mulheres e jovens ciganos, maior instrução escolar (35% dos jovens ciganos do ensino superior são membros de GACS, a criação de 2 associações)...

Muito mais se podia acrescentar, mas tornaria o texto extenso em demasia!

Portanto, o caminho faz-se caminhando com os ciganos, não para os ciganos!



ISSN 1646-0782



9 771646 078005